

Veículo: A Tarde	Caderno: Opinião
Data: 20/05/2020	Página: A2

Descontos aos servidores

O setor de bens essenciais, notadamente o de farmácia, com 7% de crescimento em março, tende a continuar liderando o varejo em tempos de pandemia, com o reforço de iniciativas de marketing, como o Clube de Desconto do Servidor. Desenvolvido pela Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia, o cadastro está disponível para o servidor público, bastando a apresentação de algum documento de identificação às farmácias filiadas. São descontos de até 40% em remédios, distribuídos em genéricos tarjados, medicamentos de marca tarjados e também produtos não tarjados. O cuidado com a distribuição por bairros produziu opções para variados segmentos, entre os consumidores, com a adesão de farmácias no Imbuí, Sussuarana, Pituba, Caixa D'água, dentre outros.

Bahia bate recorde de arrecadação previdenciária

DA REDAÇÃO

Uma parceria entre o Tribunal de Contas do Estado da Bahia (TCE-BA) e a Superintendência de Previdência do Estado da Bahia (Suprev), vinculada à Secretaria de Administração (Saeb), gerou um retorno direto para os cofres do governo estadual, apenas nos quatro primeiros meses de 2020, R\$ 108 milhões, quantia a ser devolvida pelos Instituto Nacional de Seguridade Nacional (INSS) como resultado dos cálculos da compensação previdenciária.

Esse volume de recursos mantém a tendência de aumento da arrecadação dos últimos dez anos, com destaque para o crescimento nos quatro últimos exercícios (2016-2017-2018-2019), sendo que no último ano a Bahia recebeu um total de R\$ 342,9 milhões em créditos naquela rubrica.

O presidente do TCE-BA, conselheiro Gildásio Pene-

do Filho, observou que, apesar das dificuldades do momento atual, provocadas pela pandemia do coronavírus, o volume de R\$ 108 milhões que deverá ser requisitado ao INSS é bastante expressivo e destacou a importância do trabalho desenvolvido pela Corte de Contas em parceria com a Saeb.

A compensação previdenciária é uma contrapartida financeira paga pelo INSS aos Regimes Próprios de Previdência Social nos casos em que servidores aposentados nesses regimes próprios, pelos estados ou pelos municípios, utilizaram tempo de contribuição vinculado ao Regime Geral de Previdência Social. Nessas situações, o INSS faz o pagamento de valores correspondentes ao tempo em que os servidores contribuíram. O INSS somente autoriza essa compensação previdenciária após a manifestação dos Tribunais de Contas nos processos de aposentadoria.

Veículo: Política Livre	
Data: 20/05/2020	Caderno: Economia



19 de maio de 2020 | 17:45

Parceria TCE e Saeb faz Estado bater recordes com arrecadação previdenciária

BAHIA

Um trabalho, que é realizado como parceria entre o Tribunal de Contas do Estado da Bahia (TCE/BA) e a Superintendência de Previdência do Estado da Bahia (Suprev), vinculada à Secretaria de Administração (Saeb), gerou um retorno direto para os cofres do governo estadual, apenas nos quatro primeiros meses de 2020, R\$ 108 milhões, quantia a ser devolvida pelos Instituto Nacional de Seguridade Nacional (INSS) como resultado dos cálculos da **compensação previdenciária**. Esse volume de recursos mantém a tendência de aumento da arrecadação dos últimos dez anos, com destaque para o crescimento nos quatro últimos exercícios (2016-2017-2018-2019), sendo que no último ano a Bahia recebeu um total de R\$ 342,9 milhões em créditos naquela rubrica.

O presidente do TCE/BA, conselheiro Gildásio Penedo Filho, observou que, apesar das dificuldades do momento atual, provocadas pela pandemia do coronavírus, o volume de R\$ 108 milhões que deverá ser requisitado ao INSS é bastante expressivo e destacou a importância do trabalho desenvolvido pela Corte de Contas em parceria com a SAEB: “Todo o trabalho realizado pelo Tribunal resulta, de algum modo, em ganhos para a sociedade baiana, mas a participação neste processo da compensação previdenciária é expressiva porque dá uma dimensão prática do retorno das ações do TCE/BA, ao proporcionar a geração de uma receita adicional para o Estado da Bahia. É o Tribunal indo além de suas atividades fiscalizatórias para atuar conjuntamente, de forma colaborativa, para aumento da eficiência e da produtividade do Estado”, ressalta o conselheiro-presidente, lembrando ainda que todo o trabalho continua sendo feito normalmente nesse período de pandemia.

Contrapartida

A compensação previdenciária é uma contrapartida financeira paga pelo INSS aos Regimes Próprios de Previdência Social nos casos em que servidores aposentados nesses regimes próprios, pelos estados ou pelos municípios, utilizaram tempo de contribuição vinculado ao Regime Geral de Previdência Social. Nessas situações, o INSS faz o pagamento de valores correspondentes ao tempo em que os servidores contribuíram. O INSS somente autoriza a essa compensação previdenciária após a manifestação dos Tribunais de Contas nos processos de aposentadoria.

Na Bahia, esses recursos devidos e pagos pelo INSS ajudam a diminuir o déficit da previdência estadual. Os créditos da compensação previdenciária são usados para aliviar o saldo negativo do Fundo Financeiro da Previdência Social dos Servidores Públicos do Estado da Bahia (Funprev). Com os créditos direcionados para o Funprev, o governo reduz a necessidade de transferência de recurso do tesouro estadual para cobrir o Fundo.

O aumento dos créditos compensáveis do estado é resultado do trabalho desenvolvido pela Superintendência de Previdência (Suprev), por meio da Coordenação de Compensação de Créditos e Valores (CCCV), unidades integrantes da estrutura da Secretaria da Administração do Estado (Saeb).

Veículo: Bahia.Ba	
Data: 19/05/2020	Página: --



Rui anuncia retomada da economia para quando estado chegar ao platô

Segundo governador, secretarias de Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Fazenda trabalham num plano de recuperação

Estela Marques



Foto: Divulgação/ SDE

O plano de retomada da economia do estado será anunciado quando o estado atingir o platô da pandemia do novo coronavírus. A informação foi dada pelo governador Rui Costa, nesta terça-feira (19), durante live nas redes sociais.

O platô é o momento da pandemia em que há situação de pico contínuo. A expectativa é que depois dessa fase seja diminuído o número de casos registrados ao dia.

De acordo com Rui, os secretários Walter Pinheiro (Planejamento), João Leão (vice-governador e titular de Desenvolvimento Econômico) e Manoel Vitorino (Fazenda) já estão trabalhando num plano de retomada. O governador observou que, diferente de outros estados, as medidas restritivas não foram aplicadas a todos os municípios.

“Não adotamos no estado inteiro uma única medida. Muitos municípios na Bahia até hoje não têm um caso sequer, e não adotamos uma medida sequer, exceto suspensão das aulas”, acrescentou.

Veículo: Política Livre	
Data: 20/05/2020	Caderno: Economia

Raul Monteiro
POLÍTICALIVRE
A POLÍTICA LEVADA A SÉRIO

20 de maio de 2020 | 10:00

Secretário de Saúde anuncia abertura de todos leitos clínicos do Hospital Espanhol

BAHIA

O secretário de Saúde (Sesab), Fábio Vilas-Boas, anunciou, em uma publicação feita nas redes sociais nesta terça-feira (19), a abertura de todos os 80 leitos clínicos do Hospital Espanhol.

No total, a unidade disponibilizará 80 leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI) e 80 apartamentos, totalizando 160 leitos, além de salas de cirurgia, emergência e refeitório para atender eventuais pacientes.

“Abrimos hoje todos os 80 leitos clínicos do Hospital Espanhol. Já são 45 de UTI em operação e agora de noite abrimos mais 10 leitos de UTI”, escreveu Vilas-Boas.





CAPA ([HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/CAPA](https://www.bahiaja.com.br/capa)) **ÚLTIMAS NOTÍCIAS** ([HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/ULTIMASNOTICIAS](https://www.bahiaja.com.br/ultimasnoticias))

MIUDINHAS ([HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/TASSOFRANCO/MIUDINHAS](https://www.bahiaja.com.br/tassofranco/miudinhas)) **COLUNISTAS** ([HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/COLUNISTAS](https://www.bahiaja.com.br/colunistas))

ARTIGOS ([HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/ARTIGOS](https://www.bahiaja.com.br/artigos)) **FALE CONOSCO** ([HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/FALECONOSCO](https://www.bahiaja.com.br/faleconosco))

quarta-feira, 20 de maio de 2020

BAHIA ([HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/BAHIA](https://www.bahiaja.com.br/bahia))

Estado publica resultado provisório de concursos da PM e Bombeiro

Publicação está disponível no Portal do Servidor e no site da organizadora

Ascom Saeb , Salvador | 19/05/2020 às 14:54

Curtir 0

Tweet

O Governo do Estado publica nesta terça-feira (19) o resultado provisório de dois concursos na área de segurança pública. Os candidatos que participaram da primeira etapa dos certames para o cargo de soldado da Polícia Militar (PM) e do Corpo de Bombeiros Militar (CBM) e para o cargo de oficiais de saúde da PM poderão conferir nesta data o resultado provisório das provas objetivas no Diário Oficial do Estado (DOE) e no Portal do Servidor (www.portaldoservidor.ba.gov.br) (<http://www.portaldoservidor.ba.gov.br/>). O resultado provisório da prova discursiva será divulgado posteriormente.

De acordo com os editais dos referidos concursos, os candidatos interessados poderão fazer vistas ao resultado provisório e interpor recurso no prazo de dois dias úteis, a partir do dia 20 de maio. A interposição deve ser feita, de forma exclusiva, no site da organizadora dos certames, o Instituto Brasileiro de Formação e Capacitação (www.ibfc.org.br) (<http://www.ibfc.org.br/>). Ao todo, foram registradas 113.385 inscrições – 112.335 para os cargos de soldado da PM e CBM e outras 1.050 para oficial de saúde.

O concurso para soldado da Polícia Militar e Corpo de Bombeiros vai disponibilizar 2,5 mil vagas de nível médio para as duas corporações - sendo mil policiais militares e 250 bombeiros militares com ingresso em 2020; os demais serão incorporados ao serviço público em 2021. O candidato aprovado será designado de acordo com a região de classificação – município/sede para o qual se inscreveu. As provas foram aplicadas no dia 19 de janeiro, em 183 locais de prova, distribuídos entre as cidades de Salvador, Feira de Santana, Juazeiro, Ilhéus, Vitória da Conquista, Barreiras e Itaberaba.

Já o concurso para oficial de saúde da PM conta com 17 vagas de nível superior para os cargos de médico e odontólogo, que vão assumir o posto de 1º Tenente. Dentre as oportunidades ofertadas, as vagas para médico serão distribuídas entre as regiões de Salvador, Barreiras, Itabuna e Juazeiro. Serão convocados cardiologistas, ortopedistas, psiquiatras e clínicos gerais. Já as vagas para odontólogo são para atuar em Salvador, Itabuna e Juazeiro. Na capital é preciso ser especialista em Implantodontia, Periodontia e Prótese Dentária. Nos municípios do interior, as vagas são para Cirurgião Dentista. As provas foram aplicadas no dia 26 de janeiro.

Os certames têm validade de um ano, podendo ser prorrogados, uma única vez, por igual período. As convocações irão observar a necessidade da administração pública. Os candidatos podem acompanhar o andamento das demais fases dos concursos através do site institucional do Instituto Brasileiro de Formação e Capacitação e no Portal do Servidor.



(<https://www.bahiaja.com.br/enviarnoticia?>

[idEditoria=24&idNoticia=126184](https://www.bahiaja.com.br/enviarnoticia?idEditoria=24&idNoticia=126184))

MAIS NOTÍCIAS



(<https://www.bahiaja.com.br/bahia/noticia/2020/05/19/mae-da-a-luz-em-unidade-de-resgate-da-viabahia,126186,0.html>)
Mãe dá a luz em Unidade de Resgate da VIABAHIA (<https://www.bahiaja.com.br/bahia/noticia/2020/05/19/mae-da-a-luz-em-unidade-de-resgate-da-viabahia,126186,0.html>)

(<https://www.bahiaja.com.br/bahia/noticia/2020/05/19/mae-da-a-luz-em-unidade-de-resgate-da-viabahia,126186,0.html>)

(<https://www.bahiaja.com.br/bahia/noticia/2020/05/19/mae-da-a-luz-em-unidade-de-resgate-da-viabahia,126186,0.html>)

(<https://www.bahiaja.com.br/bahia/noticia/2020/05/19/mae-da-a-luz-em-unidade-de-resgate-da-viabahia,126186,0.html>)



(<https://www.bahiaja.com.br/bahia/noticia/2020/05/19/prefeitura-de-cairu-prorroga-medidas-de-prevencao-ate-o-final-de-maio,126183,0.html>)
Prefeitura de Cairu prorroga medidas de prevenção até o final de maio
(<https://www.bahiaja.com.br/bahia/noticia/2020/05/19/prefeitura-de-cairu-prorroga-medidas-de-prevencao-ate-o-final-de-maio,126183,0.html>)

Secom - Secretaria de Comunicação Social - Governo do Estado da Bahia

Concurso

19/05/2020 09:00

Estado publica resultado provisório de provas objetivas para concursos da PM e Bombeiro

O Governo do Estado publicou nesta terça-feira (19) o resultado provisório de dois concursos na área de segurança pública. Os candidatos que participaram da primeira etapa dos certames para o cargo de soldado da Polícia Militar (PM) e do Corpo de Bombeiros Militar (CBM) e para o cargo de oficiais de saúde da PM já podem conferir o resultado provisório das provas objetivas no Diário Oficial do Estado (DOE) em caderno especial da edição de hoje, e no [Portal do Servidor](#). O resultado provisório da prova discursiva será divulgado posteriormente.

De acordo com os editais dos referidos concursos, os candidatos interessados poderão fazer vistas ao resultado provisório e interpor recurso no prazo de dois dias úteis, a partir do dia 20 de maio. A interposição deve ser feita, de forma exclusiva, no site da organizadora dos certames, o [Instituto Brasileiro de Formação e Capacitação](#). Ao todo, foram registradas 113.385 inscrições – 112.335 para os cargos de soldado da PM e CBM e outras 1.050 para oficial de saúde.

O concurso para soldado da Polícia Militar e Corpo de Bombeiros vai disponibilizar 2,5 mil vagas de nível médio para as duas corporações - sendo mil policiais militares e 250 bombeiros militares com ingresso em 2020; os demais serão incorporados ao serviço público em 2021. O candidato aprovado será designado de acordo com a região de classificação – município/sede para o qual se inscreveu. As provas foram aplicadas no dia 19 de janeiro, em 183 locais de prova, distribuídos entre as cidades de Salvador, Feira de Santana, Juazeiro, Ilhéus, Vitória da Conquista, Barreiras e Itaberaba.

Já o concurso para oficial de saúde da PM conta com 17 vagas de nível superior para os cargos de médico e odontólogo, que vão assumir o posto de 1º Tenente. Dentre as oportunidades ofertadas, as vagas para médico serão distribuídas entre as regiões de Salvador, Barreiras, Itabuna e Juazeiro. Serão convocados cardiologistas, ortopedistas, psiquiatras e clínicos gerais. Já as vagas para odontólogo são para atuar em Salvador, Itabuna e Juazeiro. Na capital é preciso ser especialista em Implantodontia, Periodontia e Prótese Dentária. Nos municípios do interior, as vagas são para Cirurgião Dentista. As provas foram aplicadas no dia 26 de janeiro.

Os certames têm validade de um ano, podendo ser prorrogados, uma única vez, por igual período. As convocações irão observar a necessidade da administração pública. Os candidatos podem acompanhar o andamento das demais fases dos concursos através do site institucional do Instituto Brasileiro de Formação e Capacitação e no Portal do Servidor.

Áudio:

- [Confira o áudio desta notícia](#)

Governo da Bahia

Governo do Estado da Bahia

Secom - Secretaria de Comunicação Social

3ª Avenida, nº 390, Plataforma IV, 1º andar, CAB

CEP 41.745-005 - Salvador - Bahia

Tel: +55 (71) 3115-9249

[Localização](#)

Horário de funcionamento:

De segunda à sexta-feira das 08:30 às 12:00 e 13:30 às 18:00h.

Exerça sua cidadania. [Fale com a Ouvidoria](#).



Todo o conteúdo desse site está publicado sob a licença

[Creative Commons Atribuição-SemDerivações 3.0 Brasil](#).

[Versão mobile](#)

Veículo: A Tarde	Caderno: Opinião
Data: 20/05/2020	Página: A2

Produtores rurais debatem plano

Produtores rurais baianos participaram da elaboração de propostas para o Plano Agrícola e Pecuário, apresentadas aos integrantes da Frente Parlamentar de Agropecuária, em sistema de videoconferência.

Representados pela Federação de Agricultura e Pecuária da Bahia (Faeab), os empresários do campo uniram-se a fim de fortalecer a captação de sugestões, incluindo sindicatos rurais, associações e cooperativas.

Uma das demandas é buscar opções para diversificar o crédito em razão do apetite dos grandes bancos, em situação confortável, dentro do modelo econômico consolidado, apesar dos efeitos do rápido desordenamento causado pela pandemia.

Entre os 10 itens prioritários do documento destaca-se, como fio condutor, o objetivo da redução da taxa de juros e ampliação das fontes de financiamento, com o objetivo de fortalecer a política de gestão de riscos.

O foco do plano apresentado está centrado na diminuição da taxa de juros das operações de crédito rural em consonância com as sucessivas reduções da taxa Selic e em sintonia com outros setores da economia.

– Estamos pleiteando um equilíbrio, uma forma de reduzir as taxas de juros pagas pelos produtores e pelo governo. O dinheiro que sobrar poderá ser direcionado para o seguro rural, algo em torno de R\$ 4 bilhões – afirmou o vice-presidente da Comissão

Nacional de Política Agrícola da Confederação Nacional de Agricultura e Pecuária (CNA), Antônio da Luz.

Estão previstas no plano ações para aumentar a transparência sobre as exigências das instituições financeiras nas concessões de crédito rural e garantir orçamento de R\$ 13,5 bilhões em 2021 na subvenção econômica de equalização da taxa de juros.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 20/05/2020	Caderno: Notícias



Quarta, 20 de Maio de 2020 - 09:55

Rui Costa anuncia chegada de monitores para abrir mais 100 leitos de UTI

por **Ulisses Gama**



O governador da Bahia, Rui Costa, anunciou através do Twitter na manhã desta quarta-feira (20) a chegada de 100 monitores multiparamétricos no estado para a abertura de mais 100 leitos de UTI para tratar infectados pelo coronavírus. De acordo com o gestor, os aparelhos serão distribuídos entre Salvador e interior.

"Bom dia! Já estão na #Bahia 100 monitores multiparamétricos para abrir mais 100 leitos de UTI. Mandamos um avião do @governodabahia buscar ontem os equipamentos em #MinasGerais e eles já estão em solo baiano para serem distribuídos hoje a hospitais de #Salvador e do interior", escreveu.

De acordo com o último boletim divulgado pela Secretaria de Saúde da Bahia (Sesab), dos 1.293 leitos disponíveis do Sistema Único de Saúde (SUS) exclusivos para Covid-19, 683 possuem pacientes internados, o que representa uma taxa de ocupação de 53%. Em relação aos leitos de UTI adulto e pediátrico, dos 527 leitos exclusivos para o coronavírus, 342 possuem pacientes internados, o que significa uma taxa de ocupação de 65%.

COVID-19 O presidente Jair Bolsonaro sancionou a lei que abre crédito especial no valor de R\$ 15,9 bilhões

PEQUENA EMPRESA PODE TOMAR ATÉ 30% DE SUA RECEITA EM EMPRÉSTIMO

AGÊNCIAS BRASIL E SENADO
Brasília

O presidente Jair Bolsonaro sancionou a lei que cria o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe). A Lei nº 13.999/2020, que abre crédito especial no valor de R\$ 15,9 bilhões, foi publicada no Diário Oficial da União e entrou em vigor ontem. O objetivo é garantir recursos para os pequenos negócios e manter empregos durante a pandemia do novo coronavírus no país.

Pelo texto, aprovado no fim de abril pelo Congresso, micro e pequenos empresários poderão pedir empréstimos de valor correspondente a até 30% de sua receita bruta obtida no ano de 2019. Caso a empresa tenha menos de um ano de funcionamento, o limite do empréstimo será de até 50% do seu capital social ou até 30% da média de seu faturamento mensal apurado desde o início de suas atividades, o que for mais vantajoso.

As empresas beneficiadas assumirão o compromisso de preservar o número de funcionários e não poderão ter condenação relacionada a trabalho em condições análogas às de escravo ou a trabalho infantil. Os recursos recebidos do Pronampe servirão ao financiamento da atividade empresarial e poderão ser utilizados para investimentos e para capital de giro isolado e associado, mas não poderão ser destinados para distribuição de lucros e dividendos entre os sócios.

As instituições financeiras participantes poderão formalizar as operações de crédito até três meses após a entrada em vigor desta lei, prorrogáveis por mais três meses. Após o prazo para contratações, o Poder Executivo poderá adotar o Pronampe como política oficial de crédito de caráter permanente com o objetivo de consolidar os pequenos negócios.

Deverá ser aplicada ao valor concedido a taxa básica de juros, a Selic, atualmente em 3%, acrescida de 1,25%. O prazo para pagamento do empréstimo será de 36 meses. Os bancos que aderirem ao programa entrarão com recursos próprios para o crédito, a serem garantidos pelo Fundo Garantidor de Operações (FGO-BB) em até 85% do valor.

Os empréstimos poderão ser pedidos em qualquer banco privado participante e no Banco do Brasil, que coordenará a garantia dos empréstimos. Outros bancos públicos que poderão aderir são a Caixa Econômica Federal, o Banco do Nordeste do Brasil,

o Banco da Amazônia e bancos estaduais. É permitida ainda a participação de agências de fomento estaduais, de cooperativas de crédito, de bancos cooperados, de instituições integrantes do Sistema de Pagamentos Brasileiro, das fintechs e das organizações da sociedade civil de interesse público de crédito.

Quatro vetos

Um dos trechos vetados previa que os bancos deveriam conceder o financiamento no âmbito do Pronampe, mes-



A empresa que tomar o empréstimo terá o prazo de 36 meses para o pagamento

Empresas beneficiadas com os empréstimos assumirão o compromisso de preservar o número de funcionários

mo que a empresa tivesse anotações em quaisquer bancos de dados, públicos ou privados, de restrição ao crédito, e até protesto. Um outro veto acaba com a carência de oito meses para que os empresários comecem a pagar o empréstimo. O presidente Jair Bolsonaro vetou ainda um capítulo inteiro que previa a prorrogação do parcelamento de dívidas com a Secretaria da Receita Federal e a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional. E também vetou a previsão de que informações

sobre as empresas optantes pelo Simples Nacional fossem encaminhadas da Receita para o Banco Central.

Acesso ao crédito

De acordo com pesquisa do Sebrae, em parceria da Fundação Getúlio Vargas, cresceu em 8 pontos percentuais a proporção de empresários que buscaram crédito entre 7 de abril e 5 de maio deste ano. O levantamento mostra ainda que 90% das empresas de micro e pequeno porte registram queda nas receitas.

Entretanto, o mesmo estudo mostra que 86% dos pequenos empresários que buscaram crédito para manter seus negócios não conseguiram ou ainda têm seus pedidos em análise. Desde o início das medidas de isolamento no Brasil, apenas 14% daqueles que solicitaram crédito tiveram sucesso.

A pesquisa, realizada entre 30 de abril e 5 de maio, ouviu 10.384 microempreendedores individuais (MEI) e donos de micro e pequenas empresas de todo o país. Essa é a terceira edição de uma série iniciada pelo Sebrae no mês de março, pouco depois do anúncio dos primeiros casos da doença no país.

O levantamento da entidade confirma uma tendência já identificada em outras pesquisas do Sebrae, de que os donos de pequenos negócios têm, historicamente, uma cultura de evitar a busca de empréstimo. Mesmo com a queda acentuada no faturamento, 62% não buscaram crédito desde o começo da crise. Dos que buscaram, 88%

o fizeram em instituições bancárias. Já entre os que procuraram em fontes alternativas, parentes e amigos (43%) são a fonte de empréstimos mais citada, seguidos de instituições de microcrédito (23%) e negociação de dívidas com fornecedores (16%).

Para o Sebrae, esse comportamento pode ter diversas razões, entre elas as elevadas taxas de juros praticadas pelas instituições financeiras, o excesso de burocracia ou a falta de garantias por parte das pequenas empresas.

Tribuna

PIB

O secretário do Tesouro Nacional, Mansueto Almeida, afirmou ontem que a economia brasileira pode registrar uma retração superior a 5% neste ano. A projeção oficial do Ministério da Economia, divulgada na semana passada, é de uma queda de 4,7%. A queda do PIB (Produto Interno Bruto) estimada pelo secretário está em linha com a do mercado. Os analistas projetam uma queda de 5,12% do PIB em 2020, conforme previsões compiladas pelo boletim Focus (do Banco Central) e divulgadas na segunda (18).

Recurso

Parceria entre o Tribunal de Contas do Estado da Bahia (TCE/BA) e a Superintendência de Previdência do Estado da Bahia (Suprev), vinculada à Secretaria de Administração (Saeb), gerou um retorno direto para os cofres do governo estadual, apenas nos quatro primeiros meses de 2020, R\$ 108 milhões, quantia a ser devolvida pelo INSS como resultado dos cálculos da compensação previdenciária.

Municípios

O deputado estadual Zé Cocá (PP) alertou que os municípios baianos poderão entrar em crise, com a queda de arrecadação devido aos impactos econômicos e tributários decorrentes da pandemia do coronavírus, entre os meses de julho e setembro. Segundo o parlamentar, em live com os prefeitos João Vêi, de Lafaiete Coutinho, e Patrick Lopes, de Jitaúna “os gestores públicos precisam se preparar para esse momento”, lamentando que até agora o governo federal não sancionou o projeto de ajuda aos estados e municípios aprovado pela Câmara dos Deputados e pelo Senado.

Tribuna

Medidas de socorro adotadas pelo governo são insuficientes, dizem analistas

DARLAN ALVARENGA E LUIZ GUILHERME GERBELLI
G1

Economistas e analistas ouvidos pelo G1 avaliam que as medidas anunciadas pelo governo para mitigar os impactos econômicos provocados pela pandemia do coronavírus são insuficientes, faltos e não estão chegando a todos que precisam.

Pequenos comerciantes contam que vêm enfrentando dificuldades para acessar benefícios e linhas de financiamento. Donos de estabelecimentos de comer-

cios e serviços que estão sem poder abrir as portas e têm faturamento em queda, esses pequenos empresários não conseguem acesso ao crédito prometido.

Dentre as ações já anunciadas pelo governo, estão: auxílio emergencial de R\$ 600 para trabalhadores informais, desempregados, contribuintes individuais do INSS e MEIs; linha de crédito emergencial voltada a pequenas e médias empresas (com faturamento de R\$ 360 mil a R\$ 10 milhões) para ajudá-las a pagar os salários de seus funcionários – a operação é feita em parceria com o Banco Nacional de

Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e bancos privados e está liberada desde 6 de abril, e linha de crédito da Caixa Econômica Federal voltada ao microempreendedor individual e a micro e pequenas empresas para que obtenham capital de giro – está liberada desde 22 de abril.

Nesta terça-feira (19), o governo sancionou uma lei que cria também uma linha de crédito para auxiliar micro e pequenas empresas durante a crise do novo coronavírus.

Aprovada no Congresso desde 24 de abril, a lei que cria o chamado Pronampe



estava desde então aguardando apenas a sanção presidencial para entrar em vigor.

Essa nova linha de crédito vai oferecer recursos a microempresas com faturamento de até R\$ 360 mil por ano, e a pequenas

empresas com faturamento anual de de R\$ 360 mil a R\$ 4,8 milhões, a uma taxa de juros máxima igual à Taxa Selic (atualmente em 3% ao ano), acrescida de 1,25%. O valor poderá ser dividido em até 36 parcelas.

O presidente Jair

O AUXÍLIO emergencial de R\$ 600 é uma das principais ações anunciadas pelo governo federal em meio à crise

Bolsonaro vetou, no entanto, a carência de oito meses para o pagamento do empréstimo - assim, a lei prevê apenas prazo de 36 meses para o pagamento.

O presidente também vetou o dispositivo que impedia os bancos de negarem os recursos para empresas com restrições de crédito - negativas ou com protestos. Esses vetos terão de ser analisados pelo Congresso. Os parlamentares podem manter ou derrubar a decisão de Bolsonaro.

Reportagem do G1 mostrou que pequenas empresas têm problemas para conseguir essas linhas de financiamento e evitar que as portas não voltem a abrir.

Tribuna

“Manter pagamento é fiscalmente impossível”

IDIANA TOMAZELLI,
O ESTADO DE S.PAULO

Em meio à pressão do Congresso Nacional pela manutenção do auxílio emergencial de R\$ 600 pago por três meses a trabalhadores informais, o secretário do Tesouro Nacional, Mansueto Almeida, disse ontem, que uma transferência permanente desse porte seria impossível do ponto de vista fiscal. Ele reconheceu, porém, que o governo pode ter de priorizar ainda mais programas de transferência focalizados, como o Bolsa Família.

Mansueto lembrou que o Bolsa Família é um programa "barato" - seus cerca de R\$ 30 bilhões anuais respondem por 0,5% do PIB - e tem bons resultados no combate à pobreza. Já no caso dos informais, o secretário defendeu que a solução é criar políticas para combater a informalidade em vez de colocar todo esse contingente de pessoas num novo programa de transferência de renda. Como mostrou o Estadão/Broadcast, a equipe econômica quer atrelar o debate do auxílio emergencial a uma revisão de gastos sociais considerados ineficientes. Na mira

dos técnicos estão gastos como abono salarial, seguro-defeso (pago a pescadores artesanais no período de reprodução dos peixes, quando a pesca é proibida) e farmácia popular.

Uma revisão nesses benefícios abriria espaço no Orçamento para acomodar uma renda básica à população brasileira ou alguma outra proposta de fortalecimento das políticas sociais no Brasil. No formato atual, o auxílio emergencial custa cerca de R\$ 45 bilhões ao mês, uma despesa que não cabe no Orçamento nem no teto de gastos, mecanismo que limita o avanço das despesas à inflação. Hoje, Mansueto reforçou a mensagem de que uma transferência de renda para todos os informais é "fiscalmente impossível". "Teria que elevar brutalmente a carga tributária", afirmou.

Segundo o secretário, o País precisa focar em entender melhor por que o Brasil ainda tem 40% dos trabalhadores na informalidade e trabalhar para combater isso em vez de colocá-los em programa de transferência de renda. Além disso, ele ressaltou que "em nenhum país o distanciamento social durou mais de três meses".

Tribuna

PONTO DE VISTA

Raymundo Pinto

Pandemia e desigualdade social

Há muito tempo sabe-se que nosso país figura entre os ocupantes dos primeiros lugares em termos de desigualdade social. Confirmando essa vergonhosa posição, o respeitável PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, no ano passado e com dados estatísticos confiáveis, proclamou que o Brasil é o 7º (sétimo) entre as nações mais desiguais do mundo. Piores do que nós somente alguns países muito atrasados da África. Aqui, os 10% mais ricos da população concentram 41,9% da renda total e – pasmem! – apenas 1% concentra 29% dessa mesma renda. A FGV – Fundação Getúlio Vargas divulgou que, entre 2014 e 2018, a população mais pobre cresceu, alcançando 67% do total. Tal situação reflete com maior peso na região Nordeste, onde, se não fosse o salário-família e a aposentadoria dos velhinhos, a miséria seria bem pior. A eleição presidencial, realizada no final do período assinalado, despertou a esperança de que o novo governo atacaria, com soluções viáveis, os terríveis problemas econômicos.

O supremo mandatário eleito não correspondeu ao que se esperava dele. Mesmo reve-

lando, em atos sucessivos, notório desequilíbrio, falta de composição, entre outros defeitos, deuse a ele um crédito de confiança por ter escolhido Paulo Guerra para o Ministério da Economia, um técnico reconhecido por seus conhecimentos na área. O PIB – Produto Interno Bruto de 2019 foi só de 1,1% (chamado “pibinho”), quando se aguardava um índice maior. Relevou-se o baixo percentual, sob a justificativa que era o primeiro ano do novo governo, período no qual se toma pé da situação e são elaborados os principais planos. Ao menos, conseguiu-se a aprovação da Reforma da Previdência Social e foram prometidas outras grandes reformas básicas.

Bastou começar o corrente ano e um inesperado terremoto caiu sobre o mundo todo, na forma de uma pandemia causada pela covid-19, trazendo para o nosso país não só uma séria crise no campo da saúde, mas também incontroláveis efeitos na economia. Estávamos lamentando mais de doze milhões de desempregados, mas tudo piorou numa escala nunca vista. Seguiram-se fatos assustadores. O inevitável isolamento social, salvo algumas exceções, forçou o fechamento de micro, pequenos, médios e grandes negócios. O

desemprego tende a aumentar, sendo que o sacrifício se estende a humildes prestadores de serviço, entre milhões de outros trabalhadores informais. A ajuda de R\$ 600,00 (R\$ 1.200,00 para mulher com filhos) por três meses é apenas um paliativo. Uma tristeza ver as filas enormes em frente às agências da Caixa Econômica, um retrato visível da elevada quantidade de pobres e miseráveis entre nós.

A mídia nos informa que vários países já conseguiram ultrapassar o índice máximo da crise, entrando em curva descendente o número dos atingidos pelo vírus. O Brasil, ao contrário, nem sabe quando vai alcançar o chamado pico e vê crescer, de modo assustador, a quantidade de contaminados e mortos. É preciso torcer que essa gravíssima crise, que evidencia o horror da desigualdade social, abra nossos olhos para as possíveis soluções posteriores a fim de sanar – ou ao menos reduzir – tal problema. Os especialistas já produziram muitos estudos nesse sentido, faltando vê-los aplicados na prática.

Encerrada a pandemia – que ninguém sabe quando será – urge atacar, com vigor e muita disposição, sobretudo unindo povo e governantes, a recuperação da destruída economia, no seu aspecto mais gritante: a desigualdade social. Existe uma quase unanimidade em entender que, para tanto, são necessárias algumas providências básicas, a exemplo de: a) uma verdadeira revolução na parte da educação, em quantidade e qualidade; b)

efetivar certas reformas essenciais, como a administrativa e tributária, nesta segunda promover mais equilíbrio na arrecadação, inclusive aumentando o peso dos impostos sobre bancos, grandes fortunas e os que enriquecem apenas especulando nas bolsas de valores; c) o poder público deve investir, fortemente, em inadiáveis obras de infraestrutura como as de saneamento; d) oportunizar crédito fácil e a juros baixos para empresas de qualquer porte e empreendedores individuais; e) proporcionar o incremento da renda dos trabalhadores e regulamentar, com justiça, as relações patrões x empregados; e) combater, sem tréguas, a corrupção. Ouso acrescentar que, diante da multidão de pobres e miseráveis acotovelados em péssimas condições de moradia nas periferias e favelas de muitas cidades, é preciso enfrentar a resistência de credos religiosos e de políticos demagogos, implantando uma séria campanha de **controle da natalidade**, que seria, a princípio, uma tentativa de convencimento – nesse ponto, o cientista baiano Eusimar Coutinho (parabéns pelos 90 anos), com seu CEPARH, tem diretrizes prontas – ou, no caso de fracasso dos meios persuasivos, a Nação deveria ter a coragem de aprovar leis, com regras claras, de controle compulsório.

Raymundo Pinto, desembargador aposentado do TRT, é escritor, membro da Academia de Letras Jurídicas da Bahia e da Academia Feirense de Letras. racpinto@uol.com.br

ECONOMIA

Empresas afetadas pelas crise ganham R\$ 15,9 bi em crédito

RECESSÃO O presidente Jair Bolsonaro sancionou a lei que cria o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe). A Lei nº 13.999/2020, que abre crédito especial no valor de R\$ 15,9 bilhões, foi publicada no Diário Oficial da União e já está em vigor. O objetivo é garantir recursos para os pequenos negócios e manter empregos durante a pandemia do novo coronavírus no país.

Pelo texto, aprovado no fim de abril pelo Congresso, micro e pequenos empresários poderão pedir empréstimos

de valor correspondente a até 30% de sua receita bruta obtida no ano de 2019. Caso a empresa tenha menos de um ano de funcionamento, o limite do empréstimo será de até 50% do seu capital social ou a até 30% da média de seu faturamento mensal apurado desde o início de suas atividades, o que for mais vantajoso.

As empresas beneficiadas assumirão o compromisso de preservar o número de funcionários e não poderão ter condenação relacionada a trabalho em condições análogas às de escravo ou a trabalho infantil. Os recursos

recebidos do Pronampe servirão ao financiamento da atividade empresarial e poderão ser utilizados para investimentos e para capital de giro isolado e associado, mas não poderão ser destinados para distribuição de lucros e dividendos entre os sócios.

Bolsonaro vetou a carência de oito meses para o pagamento do empréstimo. O presidente informou que o período sugerido pelo Congresso geraria "risco à própria política pública, ante a incapacidade de os bancos públicos executarem o programa com as condições apresentadas pelo projeto".

Exército assumirá obra de trecho de ferrovia na Bahia

FIOL O Exército deverá assumir as obras do Lote 6 da Ferrovia de Integração Oeste-Leste (Fiol). O trabalho será executado pelo 4º Batalhão de Engenharia de Construção (4º BEC), de Barreiras, na Bahia, e o 2º Batalhão Ferroviário, de Araguari, em Minas Gerais. Os dois batalhões serão responsáveis pela conclusão desse trecho da ferrovia. A Fiol terá um papel importante na melhoria da infraestrutura logística do país.

"O Exército vem fazendo um trabalho extraordinário, como foi feito nas obras da BR-163/PA, e agora vai participar das obras do trecho entre Bom Jesus da Lapa e São Desidério," disse o ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas, que esteve em São Desidério, anteontem.

O ministro percorreu um trecho da ferrovia e visitou o canteiro de obras e uma fábrica de dormentes em São Desidério.

SECRETÁRIO DESCARTA MANTER AJUDA DE R\$ 600 PERMANENTE

GOVERNO O secretário do Tesouro, Mansueto Almeida, disse ser "fisicamente impossível" manter o pagamento do auxílio emergencial para profissionais informais. "Teria que elevar brutalmente a carga tributária", disse. Mansueto reconheceu, no entanto, que o governo pode ter de priorizar ainda mais programas de transferência focalizados, como o Bolsa Família.

MERCADO

R\$ 5,76

foi a cotação do dólar comercial no fechamento do pregão de ontem, uma alta de R\$ 0,038 (+0,67) em relação ao dia anterior. A Bolsa de Valores (B3) fechou o dia com queda de 0,56%

Fernanda Varela e Giuliana Mancini
REPORTAGEM

A Bahia disparou na quantidade de casos de covid-19

O boletim divulgado pela Secretaria de Saúde do Estado da Bahia (Sesab) nesta terça-feira assustou. Nas últimas 24 horas, o número de confirmados saltou de 8.881 para 11.013 diagnósticos. O aumento registrado foi de 2.132 novos infectados, o que corresponde a 24%. É o recorde de resultados positivos notificados no estado entre um dia e outro.

Mas, calma: o aumento no número de casos tem uma explicação. De acordo com o secretário de Saúde do Estado, Fábio Vilas-Boas, desde a última sexta-feira, houve uma unificação nos sistemas utilizados pelo Ministério da Saúde. Apesar de explicar a situação, ele diz que não há motivos para relaxar. Vilas-Boas conversou com o CORREIO e falou sobre projeção da doença, possível colapso no sistema de saúde e já adiantou: não há previsão de vida normal tão cedo.

O aumento repentino de diagnósticos aconteceu por uma mudança na forma de contabilizar casos do Ministério da Saúde. "Na última sexta-feira, conseguimos integrar as bases diferentes de notificação do Ministério da Saúde, que tem três sistemas pra notificar a mesma coisa. Aqui na Bahia, nós finalmente conseguimos fazer essa integração depois de uns 15 dias reunidos com profissionais de informática. Por isso recebemos tantos casos novos", explica Vilas-Boas. Na prática, quer dizer que, quando houve a integração, os dados repetidos saíram e o que havia de diferente foi somado.

Apesar dos 2.132 novos casos confirmados na Bahia, é possível perceber que municípios que costumam liderar a lista de infectados, como Salvador, tiveram acréscimo pequeno, de apenas cinco novas confirmações. Isso não quer dizer, no entanto, que só cinco pessoas se infectaram. É que, do total de confirmações, 2.377 casos confirmados aguardam validação dos municípios. Ou seja, pode ser, por exemplo, que 500 destes pacientes sejam de Salvador, que passaria a ter 505 novos infectados, e não apenas os cinco registrados.

O CORREIO entrou em contato com a Secretaria Municipal de Saúde, que não informou quantos destes 2.377 pacientes que aguardam análise foram notificados pela pasta - o setor administrativo já havia encerrado o expediente e, por isso, os dados não poderiam ser fornecidos nesta quarta-feira.

DIAGNÓSTICOS

De acordo com Fábio Vilas-Boas, outro quesito que provoca um aumento considerável no número de casos confirmados é que o Ministé-

Susto Foram mais de 2 mil casos registrados em 24h, número recorde de infectados de um dia para outro

rio da Saúde mudou a forma de notificação: "O Ministério da Saúde definiu que casos de covid-19, agora, não são apenas os casos confirmados pelo exame PCR, aquele feito no Laboratório Central (Lacen). Passaram a incluir também os testes rápidos e diagnósticos feitos por correlação epidemiológica, que é quando o médico está convicto que o paciente tem covid, mesmo sem provas materiais. Também entra na conta as notificações feitas de pacientes com síndromes gripais".

Para tentar atender aos pacientes infectados, a Bahia receberá novos equipamentos.

PREOCUPAÇÃO

11.013 MIL

pacientes diagnosticados na Bahia com covid-19, segundo boletim da Sesab divulgado ontem no final da tarde

2.132 MIL

casos a mais em 24 horas, o que corresponde a 24%. É o recorde de infectados oficiais no estado entre um dia e outro

De acordo com Vilas-Boas, está prevista a chegada de 220 respiradores ao estado nesta semana. Os equipamentos chegarão em dois lotes: um deles, comprado em uma empresa inglesa, com 160; e outro com 60, de uma fábrica chinesa. O primeiro deve chegar hoje e deverá vir em avião da FAB ou em avião fretado. Já a segunda remessa faz parte de uma compra com 60 equipamentos. Destes, 30 respiradores mecânicos já chegaram. Os outros 30 chegarão até sexta-feira. No fim de semana, ainda são esperados 750 equipamentos alemães, comprados na Inglaterra.

Ocupação máxima em UTIs está bem perto

Apesar do grande aumento no número de casos de coronavírus registrados na Bahia nas últimas 24 horas não se refletir diretamente em Salvador, o secretário de Saúde de Salvador Léo Prates já demonstra grande preocupação com a ocupação dos leitos das Unidades de Terapia Intensiva da capital baiana. "O cenário", segundo ele avalia, "não é nada bom". À reportagem, Prates disse que "a previsão é que o sistema de saúde apresente ocupação máxima nos leitos de UTI já nesta quinta-feira". Além de Salvador, outras quatro cidades do estado já tiveram mais de 50% de ocupação de leitos de UTI: Jequié (100%), Ilhéus (80%), Seabra (66%) e Porto Seguro (60%).

Nesta terça-feira, a capital baiana apresentou 75% de ocupação de UTI na rede privada e 85% na rede pública. Segundo Prates, o percentual teve uma leve melhora no setor privado, que teve queda de 7%, devido a pacientes que receberam alta médica ou vieram a óbito. Já na rede pública, que apresentava 83%, teve aumento de 2% de ocupação. Ontem, foram abertas 20 novas vagas na UTI no Hospital Ernesto Simões e outras 10 no Hospital Espanhol.

Pico na Bahia será em julho

Segundo Vilas-Boas, o pico da doença na Bahia está previsto para fim de junho ou início de julho. Hoje, a curva de contaminação é de 6% e é necessário achatá-la para obter maior controle. "Estamos estagnados nesse percentual e o ideal é que caia. De qualquer forma, é tudo muito cedo. Não vejo previsão para que a gente deixe de viver nesse cenário tão cedo. Não tem previsão de vida normal nos próximos meses", não tem como".

No boletim da Sesab, divulgado ontem à noite, a Bahia teve mais 14 mortes por covid-19 e alcançou o total de 326 óbitos. Na segunda, eram 312 fatalidades. O crescimento entre os dois dias é de 4,48%. Salvador confirmou 5.331 contaminados, o que significa 61,73% de registros. Em relação aos óbitos, foram 215 na cidade.



MAIORES TAXAS DE OCUPAÇÃO EM UTIS NA REDE PÚBLICA

Jequié: 100%

Porto Seguro: 60%

Irecê: 40%

Salvador: 85%

Feira de Santana: 50%

Camaçari: 28%

Ilhéus: 80%

Juazeiro: 50%

Seabra: 66%

Itabuna: 44%

NARA GENTIL

Veículo: Correio*	Caderno:
Data: 20/05/2020	Página:

Correio*

CANDIDATOS JÁ PODEM ENTRAR COM RECURSO

CONCURSO DA PM O resultado provisório do concurso público para soldado da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros da Bahia foi publicado ontem, no Diário Oficial. Agora, os participantes podem recorrer. Só depois haverá o resultado final. As respostas provisórias da prova discursiva serão divulgadas posteriormente.

De acordo com o edital, os candidatos poderão consultar a lista de classificados e entrar com recurso em até dois dias úteis, contados a partir de hoje. O questionamento deve ser feito exclusivamente através do site do Instituto Brasileiro de Formação e Capacitação (www.ibfc.org.br), que organiza o concurso.

Serão disponibilizadas 2,5 mil vagas de nível médio para as duas corporações - sendo mil PMs e 250 bombeiros militares.

Veículo: Correio*	Caderno:
Data: 20/05/2020	Página:

Correio*

Governo avalia concessão de três novos trechos de rodovias federais

PEDÁGIO O Ministério da Infraestrutura assinou um contrato para a realização de estudos técnicos a fim de estruturar concessões de estradas pelo país. Os estudos vão contemplar 15 trechos rodoviários em 13 estados brasileiros, incluindo a Bahia. Por aqui, serão incluídas as rodovias BR-101, 116 e 020. A previsão é que os primeiros resultados do documento sejam apresentados em 2021 e que os leilões dos trechos que serão administrados por empresas ocorram em 2022.

Se o levantamento do governo atestar a necessidade de concessão, pedágios serão cobrados em novos trechos das rodovias baianas, mas ainda não se sabe quando elas começariam a ser pedagiadas e nem quanto custará. A análise será feita pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social (BNDES).

“Os estudos técnicos têm por objetivo identificar e alocar devidamente os riscos pertinentes aos empreendimentos, garantir a qualidade tarifária e avaliar a viabilidade técnica, econômica e ambiental dos projetos”, explicou a secretária Natália Marcassa.

Em nota, o Ministério da Infraestrutura justificou que as concessões são necessárias para a ampliação e a melhoria da infraestrutura e dos serviços de logística e transporte.

COMO SERÁ O ESTUDO



2 FASES

A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PELO BNDES OCORRERÁ EM DUAS FASES. HAVERÁ UMA AVALIAÇÃO DE 7.213 KM DE RODOVIAS, PARA SUBSIDIAR A DECISÃO. DEPOIS, HAVERÁ ESTUDOS PARA DAR SUPORTE À ESTRUTURAÇÃO DAS CONCESSÕES



LEILÕES

O BANCO ACOMPANHA AINDA OS PROCESSOS DE CONSULTA, AUDIÊNCIA PÚBLICA E LEILÕES

Correio*

miriam leitão



blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/

O que Bolsonaro deu ao centrão

O pote de dinheiro do Ministério da Educação fica no FNDE. O Fundo tem mais do que dinheiro, tem capilaridade. Através dele se fala com prefeitos do país inteiro, porque de lá é que saem as obras para a construção de creches e escolas, as compras de ônibus para o transporte escolar, a distribuição de material escolar e o fornecimento de merenda. É isso que o presidente Bolsonaro está entregando aos indicados de Valdemar Costa Neto, do PL, e Ciro Nogueira, do Progressistas.

"Dos R\$ 140 bi a R\$ 150 bilhões do orçamento do Ministério da Educação, dois terços são carimbados. Dinheiro para as universidades federais, os institutos federais, os hospitais universitários. Dos R\$ 50 bilhões do FNDE, uns R\$ 14 bilhões vão para o Fundeb. O resto — uns R\$ 36 bilhões — é o dinheiro almejado. Por isso, todos os prefeitos quando chegam a Brasília vão lá falar com diretores e presidente do FNDE", explica o catedrático da Universidade de São Paulo Mozart Neves Ramos, especialista em educação, e ex-secretário de Pernambuco.

Binho Marques, ex-governador do Acre, e também especializado em educação, acompanha o trabalho do Fundo Nacional de

Desenvolvimento da Educação desde 1993, quando na gestão Murílio Hingel, no governo Itamar Franco, o fundo, criado no governo militar, começou a ser aperfeiçoado. Esse fundo é formado com o dinheiro do salário educação, mas, conta Binho, Hingel passou a adotar critérios para liberação dos recursos. Depois, houve novas mudanças na gestão Paulo Renato e nos governos do PT. O papel do FNDE foi ficando mais técnico. A tal ponto que Binho acha que existe menos espaço para desvios.

"No passado, o FNDE era um balcão, bem bagunçado. Eu comecei a trabalhar com ele, na condição de secretário de educação, num período promissor, com o Hingel. Ele chamou os secretários para construir regras de distribuição dos recursos. O

Henrique Paim, que ficou muitos anos no MEC e foi presidente do FNDE, democratizou esses programas. Digo isso tudo porque não é como antigamente. O balcão deu lugar a um mecanismo com repasse automático por número de aluno. Antes era balcão mesmo, levava mais quem chegava lá com um deputado, senador, coisas desse tipo. Alimentação escolar, transporte escolar ganharam um sistema diferente de distribuição e mecanismos de controle. Isso reduz a manipulação política. O papel do FNDE ficou mais técnico, uma pessoa de perfil político fica perdida por lá", diz Binho Marques.

É uma esperança, mas não há o que este governo e o ministro Abraham Weintraub não consigam destruir. Os políticos lutam por esse cargo exatamente por

essa mistura irresistível entre dinheiro, capilaridade, muitas licitações e distribuição de benesses aos municípios. A Secretaria de Educação Básica, explicam os especialistas, é importante para definir políticas, mas quem vai dar o dinheiro para a construção da escola ou da creche é o FNDE.

A entrega do FNDE no balcão de negócios do presidente Bolsonaro com os partidos do centrão é uma tragédia a mais que se abate sobre o Ministério da Educação.

"Já tínhamos um desafio enorme no meio de uma pandemia com um presidente na contramão de tudo, e um ministro que não sabe o que é educação", diz Mozart.

Binho Marques chama atenção para outro angustiante pro-

blema: "A gente perdeu muito tempo discutindo o Fundeb sem a participação do governo. Felizmente o Congresso, principalmente a deputada Dorinha, teve um bom protagonismo. Mas agora veio a pandemia, o Fundeb não está reestruturado e está perdendo recursos, porque depende diretamente do ICMS, cuja arrecadação está diminuindo. Se cai o valor do Fundeb despenca o financiamento à educação".

E no meio de tudo isso, há esse ministro.

"Parou tudo no MEC, o Ministério desapareceu", diz Binho.

A opinião é muito semelhante a de Mozart.

"Para se ter uma ideia, o Conselho Nacional de Educação é que teve que fazer um parecer para orientar todo o sistema de ensino brasileiro durante a pandemia, para a reorganização do calendário escolar, que atividades podem ser contempladas no ensino à distância desde a educação infantil ao ensino médio. Seria papel do Ministério", diz Mozart.

No meio desta devastação que virou o Ministério da Educação, Bolsonaro decidiu abrir um dos seus mais vistosos balcões de negócios para blindar seu mandato.

Veículo: Política Livre	
Data: 20/05/2020	Caderno: Economia



20 de maio de 2020 | 09:16

Commodities agrícolas escapam de ‘queda vertiginosa’ do comércio, indica OMC

ECONOMIA

O comércio mundial de mercadorias deve ter “queda vertiginosa” no primeiro semestre por causa da crise no coronavírus, indica o Barômetro da OMC (Organização Mundial do Comércio), divulgado nesta quarta (20).

O indicador baixou para 87,6 (de um valor base de 100), na pior contração desde que foi lançado, em julho de 2016, mas com desempenho desigual entre seus componentes. Commodities agrícolas tiveram o principal resultado (95,7), abaixo da tendência, mas mostrando sinais de estabilidade.

As previsões são relevantes para o Brasil, em que o agronegócio representou 43,2% do valor exportado em 2019, chegando a US\$ 96,8 bilhões (cerca de R\$ 560 bilhões, pelo câmbio de hoje), segundo o Ministério da Agricultura.

Em março, analistas já previam que o impacto sobre o setor agropecuário seria menor porque, encerradas as restrições necessárias para combater a doença, haveria um repique de demanda.

O Barômetro da OMC analisa informações em tempo real do comércio internacional para identificar pontos de virada em sua trajetória. Leituras de 100 indicam que os dados estão em linha com as tendências de médio prazo. Resultados acima de 100 sugerem crescimento acima da tendência, e os abaixo de 100, como os registrados agora, indicam crescimento abaixo da tendência.

O indicador divulgado em maio captura o efeito inicial da pandemia, no primeiro trimestre do ano, e não dá sinais de que a tendência de queda esteja se revertendo.

Em abril, a organização divulgou estimativas de que o comércio mundial de mercadorias poderia se reduzir neste ano de 13% a 32%, dependendo da duração da pandemia e do desempenho das políticas de combate ao coronavírus.

Dos componentes do Barômetro, o que mostra maior impacto é o de produtos da indústria automobilística (79,7). As montadoras foram afetadas tanto pela queda da demanda quanto por choques na cadeia de suprimento, que fez parar a produção por falta de peças.

O declínio para 83,3 no componente que mede pedidos futuros de exportação indica que o comércio continuará em níveis baixos, ao menos no curto prazo.

O indicador mostra redução tanto no transporte marítimo (88,5 para frete de contêineres) quanto no aéreo (88) -no começo do mês, a IATA (associação do setor aéreo) já havia mostrado que a queda de 95% nos voos de passageiros por causa da pandemia estava afetando também o transporte de mercadorias, que usa o espaço desses aviões.

Além dos produtos agrícolas, o índice de componentes eletrônicos (94) também mostra sinal de estabilidade.

O comércio já estava diminuindo em 2019 antes da pandemia, tensionado pela guerra comercial entre os Estados Unidos e a China e pela desaceleração do crescimento econômico.

No acumulado do ano, o volume do comércio mundial de mercadorias encolheu 0,1% em 2019, primeira queda anual desde 2009, durante a crise financeira global.

Folhapress

Veículo: Política Livre	
Data: 20/05/2020	Caderno: Economia



20 de maio de 2020 | 07:00

Demissões já afetam 13% das famílias e 40% das empresas

ECONOMIA

As demissões, suspensões de contratos ou cortes de jornada e de remuneração, entre outras medidas adotadas no mercado de trabalho, já afetaram 53,5% das famílias brasileiras.

Entre elas, as mais pobres, com rendimentos até R\$ 2.100, foram as mais atingidas pelo encerramento definitivo de contratos, fato que afligiu uma em cada cinco dessas famílias.

Na média de todas as faixas de remuneração, quase 13% dos lares já tiveram ao menos um dos membros demitido.

Entre as empresas, cerca de 45% das que operam nos serviços e na construção, setores com mão de obra intensiva e geralmente de menor qualificação, já cortaram pessoal.

No comércio, mais de um terço do total foi pelo mesmo caminho; na indústria, uma em cada quatro também. Na média desses quatro setores, quase 40% já demitiram. O primeiro grande retrato dos efeitos da epidemia da Covid-19 que emerge de pesquisa entre 2.528 empresas e 1.300 consumidores revela uma parada abrupta na economia, além de uma expectativa bastante reduzida de que a atividade volte ao normal tão cedo.

Realizado pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre FGV), o levantamento foi a campo entre os dias 2 e 13 e constitui uma prévia de pesquisa com um universo ainda maior a ser divulgada no final do mês. Segundo a pesquisa, são raros os segmentos ainda não afetados pelas medidas de distanciamento social. A grande exceção são os supermercados.

Na contramão, o tombo nas áreas de vestuário, alojamento e alimentação (sobretudo restaurantes) é impressionante (veja abaixo).

Entre os consumidores, a grande maioria, mesmo os de maior renda, cortou o consumo de bens e serviços ao estritamente essencial, e quase a metade se vê impedida de trabalhar por conta das medidas de isolamento social.

A redução na atividade, a incerteza sobre a duração da epidemia e a queda prolongada do consumo de bens duráveis e de serviços não essenciais fazem com que cerca de 40% das empresas entrevistadas esperem uma volta à normalidade somente no final do ano ou ao longo de 2021.

Segundo Viviane Seda Bittencourt, economista do Ibre FGV, uma preocupação quanto a esse ponto é que as medidas de redução salarial e de jornada garantem aos afetados estabilidade no emprego somente durante um período futuro igual aquele em que o mecanismo esteve em vigor.

Caso não haja recuperação econômica após o fim do prazo de estabilidade previsto para o trabalhador, os empregadores poderão acabar demitindo com mais força.

A pesquisa mostra que o setor de serviços tem sido, proporcionalmente, o mais afetado pela crise, o que é preocupante pelo fato de a área representar cerca de 70% do PIB (Produto Interno Bruto) e dos empregos existentes no país.

Outra sondagem do Ibre FGV mostra que a expectativa dos agentes econômicos em relação ao futuro caiu ao menor patamar da série, iniciada em junho de 2008. Agora em 39,7 pontos, antes o menor nível registrado pelo indicador havia sido de 62 pontos, em setembro de 2015. No começo de 2020, ele estava perto dos 90 pontos.

O economista Rodolpho Tobler afirma que o indicador já apontava tendência de piora antes mesmo da epidemia. Um terceiro termômetro do Ibre FGV, sobre níveis de incerteza na política e na econômica, mostra o Brasil no topo de uma lista de 21 países.

Segundo a pesquisadora Anna Carolina Gouveia, o levantamento já havia atingido níveis extremamente elevados antes da chegada do coronavírus, refletindo as incertezas políticas e as dificuldades econômicas e fiscais do país.

“Isso tudo foi agravado agora pela percepção de que não há uma resposta coordenada do governo no enfrentamento dessa pandemia”, afirma.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 20/05/2020	Caderno: Notícias



Terça, 19 de Maio de 2020 - 22:00

Queda do PIB pode ser maior que 5% em 2020, afirma secretário do Tesouro

por Fábio Pupo | Folhapress

O secretário do Tesouro Nacional, Mansueto Almeida, afirmou nesta terça-feira (19) que a economia brasileira pode registrar uma retração superior a 5% neste ano. A projeção oficial do Ministério da Economia, divulgada na semana passada, é de uma queda de 4,7%.

A queda do PIB (Produto Interno Bruto) estimada pelo secretário está em linha com a do mercado. Os analistas projetam uma queda de 5,12% do PIB em 2020, conforme previsões compiladas pelo boletim Focus (do Banco Central) e divulgadas na segunda (18).

A retração da economia vai contribuir para um nível maior do índice de endividamento brasileiro, mas o secretário diz que mais importante que os números de 2020 ou 2021 é a trajetória da dívida pública para os anos seguintes.

Por isso, Mansueto defende o compromisso com o ajuste fiscal após a crise e a retomada da agenda de reformas.

Mesmo assim, ele acredita que a reforma tributária não será aprovada neste ano. Há um consenso em torno da necessidade de mudanças, acredita, mas não quando a discussão se volta aos detalhes dessas alterações.

Veículo: Bahia Econômica	Bahia
Data: 20/05/2020	



SETOR DE SERVIÇOS LIDERA PEDIDOS DE RECUPERAÇÃO



admin 20 Maio, 2020

Segundo dados de uma pesquisa do Serasa Experian antecipado ao G1, o setor de serviços foi o mais impactado no comércio com a pandemia do coronavírus. O número de solicitações de recuperação judicial saltou de 44 em março para 92 em abril. No mesmo mês do ano passado, foram 56. No comércio, foram 13 solicitações em abril, na indústria, 12, e no setor primário, 3.

O levantamento da Serasa monitora apenas os casos de insolvência judicializados, não incluindo acordos extrajudiciais nem os casos em que empresas decidiram encerrar as atividades por iniciativa própria. Segundo o estudo do Sebrae, 44% dos pequenos negócios interromperam as atividades com a crise do coronavírus, pois dependem de funcionamento presencial.

Os empresários relataram uma queda média de 60% no faturamento com a pandemia. Embora todos os setores tenham registrado perdas, elas foram mais acentuadas nas atividades da chamada economia criativa, que envolvem eventos e produções (-77%), no turismo (-75%) e nas academias de ginástica.

Veículo: Metro1	economia
Data: 19/05/2020	



Economia

Imposto sobre transação tem que ser debatido, diz secretário do Tesouro Nacional

Mansueto Almeida destaca, porém, que o país não pode repetir algo nos moldes da antiga CPMF



Foto : Fabio Rodrigues Pozzebom/Agência Brasil

Por **Luciana Freire** no dia 19 de Maio de 2020 - 22:00

O secretário do Tesouro Nacional, Mansueto Almeida, defendeu hoje (19) que o Brasil precisa debater a implementação de um imposto sobre transações. Ele citou a necessidade, por exemplo, de levar o comércio eletrônico para a base tributária.

Entretanto, Mansueto destaca que o país não pode repetir algo nos moldes da antiga CPMF. A informação foi divulgada pelo jornal O Globo.

"No Brasil imposto sobre transação é algo que tem que ser debatido. Agora, qual é o escopo disso, é algo que tem que ser discutido de uma forma muito cuidadosa ", afirmou.

Para o secretário, o país precisa avançar logo nas discussões sobre a reforma tributária para reduzir as ineficiências do sistema. "Quem é empresário, sofre muito. Quem é empresário, tem um nível de insegurança, mesmo quando faz tudo certo, muito alto, pela interpretação das leis. Tem que ser na direção de simplificação, redução de complexidade e tornar os sistema mais progressivo."

Lobby de servidores, com apoio do governo, aumenta as desigualdades

Em meio à pandemia, criou-se mais um privilégio ao funcionalismo, cujas remunerações já estavam acima dos padrões

O Globo · 20 maio 2020

Em plena pandemia, corporações da elite do funcionalismo público estão conseguindo aumentar as vantagens que os servidores civis e militares já possuíam em relação aos trabalhadores do setor privado.

O Estado brasileiro já pagava aos funcionários federais e estaduais salários cerca de 20% superiores à média do setor privado — em algumas carreiras a diferença superava 36%, segundo o Banco Mundial. A desigualdade tende a aumentar com a devastação da economia privada.

Houve redução salarial significativa (de 25% a 70%) para mais de sete milhões de empregados na indústria e em serviços, sobretudo comércio. Trabalhadores informais amargam perda total de renda. E o contingente de desempregados, que já superava 11 milhões, segue crescente. Antes da pandemia, mais de 50% dos trabalhadores formais do setor privado ganhavam menos do que R\$ 2.300. Já no setor público essa proporção era inferior a 25%, e com estabilidade no emprego.

O Estado induz a concentração da renda em benefício do funcionalismo, cujas carreiras têm remuneração inicial acima de R\$ 10 mil mensais, mais de nove salários mínimos.

Integrantes da alta burocracia, juízes contestaram a eventual redução dos salários. Oficiais militares e policiais, recém-beneficiados com aumentos na aposentadoria, pressionaram contra a proposta encampada pelo Ministério da Economia para corte salarial temporário de 25% — mínimo aplicado no setor privado.

O lobby dos burocratas funcionou. O Congresso limitou-se a aprovar um “congelamento” dos aumentos aos servidores até 31 de dezembro de 2021. No dia seguinte começa o ano eleitoral. Mas o presidente Jair Bolsonaro resolveu protelar a sanção do projeto aprovado, abrindo espaço para que a Polícia Militar pressione governadores e assegure reajustes antes do “congelamento”. Aos policiais somaram-se outras categorias de servidores.

Assim, em meio a uma pandemia que já matou 17.971 pessoas, e destruiu salários e empregos em milhões de pequenas e médias empresas, criou-se mais uma situação de privilégio ao funcionalismo, cujas remunerações já estavam bem acima dos padrões, inflacionadas por 405 tipos de gratificações, incluindo as de “desempenho” (167).

A discrepância com o setor privado já deixa 60% dos servidores federais e estaduais em destaque no estrato dos 20% mais ricos do país.

Não há equidade de sacrifícios na crise. Transferiu-se ao setor privado, trabalhadores e empresas, o custo integral do desastre econômico provocado pela pandemia.

Doações para combater Covid-19 superam R\$ 5 bilhões

Solidariedade e projetos de lei com estímulos fiscais impulsionam movimento, que agrega grandes empresas e pessoas físicas

O Globo · 20 maio 2020 · KAREN GARCIA karen.garcia@infoglobo.com.br

As doações para combater os efeitos da pandemia do novo coronavírus no país já ultrapassaram a marca de R\$ 5 bilhões, segundo levantamento da Associação Brasileira de Captadores de Recursos (ABCR). O movimento de solidariedade foi impulsionado, entre outros fatores, pela aprovação de projetos estaduais que tornaram as doações menos burocráticas e custosas.



De acordo com levantamento do Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE) — uma associação de investidores sociais —, ao menos 12 projetos de lei com estímulos fiscais para doações também foram aprovados ou estão em tramitação no Congresso.

Entre os doadores contabilizados pela ABCR estão pessoas físicas e jurídicas. O setor financeiro concentra 34% das doações, seguido pelos segmentos de alimentos e bebidas (15%) e de mineração (11%).

As empresas que fizeram as maiores contribuições em valores foram, até agora, Itaú, Vale, Cognia Educação, Ambev e Rede D'Or. Ontem, o Itaú e seus acionistas controladores fizeram mais um aporte filantrópico de R\$ 100 milhões.

INSPIRAÇÃO

De acordo com o diretor-executivo da ABCR, João Paulo Vergueiro, essa mobilização é inédita, além de ser o maior movimento de doações da história recente do país.

— Estamos falando desde grandes doadores, como empresas e ONGs, com milhões de reais, a famílias, grupos, indivíduos que doam R\$ 30, R\$ 40 e que estão possibilitando que esses recursos sejam encaminhados à ações de saúde e de causas que também estão sendo impactadas pela pandemia, como geração de renda, emprego —destacou Vergueiro.

Um dos estados que aprovaram projetos de incentivos a doações foi o Rio. Um decreto publicado em 20 de abril tornou automática a declaração de organizações sociais para isenção do

Imposto sobre Transmissão Causa Mortes e Doação (ITCMD), que representava 4,5% do valor doado.

Para Priscila Pasqualin, presidente do conselho fiscal do Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social (IDIS) e sócia do PLKC Advogados, essa medida pode incentivar outros estados a adotar a isenção do imposto.

— Estamos vendo um fluxo de solidariedade muito intenso. O decreto facilita bastante a forma de usufruir o direito à isenção e demonstra uma confiança do estado na sociedade civil, sem tirar dele o poder de fiscalização. Cada estado tem a competência para reconhecer suas próprias isenções. No Rio, temos hoje o melhor cenário do país e pode ser uma inspiração para os outros estados —disse.

No estado de São Paulo, a legislação prevê que estão isentas do ITCMD as entidades promotoras de direitos humanos, meio ambiente e cultura.

O secretário-executivo do GIFE, José Marcelo Zacchi, acredita que as iniciativas no contexto da pandemia podem apoiar a atualização dos mecanismos de doação no país, criando uma cultura de doações.

— É essencial aumentar a disposição e a cultura de doação no país. Melhorar as práticas e ferramentas para que aqueles que desejam fazer filantropia se encontrem com as organizações que precisam de recursos.

O diretor executivo da SITAWI Finanças do Bem, Leonardo Letelier, acredita que o desenvolvimento de medidas de isenção pode ampliar o acesso ao recurso pelas organizações sociais que têm como objetivo promover o bem-estar social.

— Esse movimento beneficia o setor social porque deixa o processo mais horizontal, menos burocrático .

Para Letelier, o país precisa de melhorias nos mecanismos para doações e crê que uma maior integração com o sistema financeiro poderá facilitar isso.

Maia defende sanção de socorro aos Estados e municípios ainda nesta semana

Aprovado pelo Congresso no dia 6 de maio, projeto que prevê repasse de R\$ 60 bilhões a Estados e municípios aguarda sanção do presidente Jair Bolsonaro.

Camila Turtelli, O Estado de S.Paulo

19 de maio de 2020 | 15h44

BRASÍLIA - O presidente da Câmara, **Rodrigo Maia** (DEM-RJ), defendeu nesta terça-feira que o presidente **Jair Bolsonaro** sancione a ajuda a Estados e municípios ainda nesta semana. Segundo ele, há risco de, em caso de demora, gerar a necessidade de uma segunda onda de ajuda a governadores e prefeitos.

O projeto aprovado pelo Congresso prevê o repasse de R\$ 60 bilhões a Estados e municípios. Maia lamentou a demora em sancionar a proposta e disse que achava que, do jeito como foi aprovada, a proposta tinha consenso entre **Câmara, Senado e governo.**

LEIA TAMBÉM

Deputados e senadores pouparam várias carreiras do congelamento de salários no projeto de socorro aos Estados e municípios, principalmente as de segurança, **com o aval do presidente Jair Bolsonaro**. Depois, o presidente mudou o discurso e disse que vetaria as exceções, **da forma como pediu o ministro da Economia, Paulo Guedes**. Agora, porém, Bolsonaro fala em **buscar acordo Maia e governadores** sobre a possibilidade de reajustes aos servidores até o fim de 2021.

Maia disse que na conversa que teve com Bolsonaro, na quinta-feira passada, sugeriu ao presidente sancionar a medida durante uma reunião virtual com os governadores. “O que eu falei pro presidente é que seria uma boa uma reunião na hora da sanção”, disse. “O gesto de uma reunião seria simbólico e importante”, afirmou.

Como o **Estadão/Broadcast** mostrou ontem, Bolsonaro passou a disparar convites nesta segunda, 18, a governadores para participarem de uma reunião por videoconferência na próxima quinta-feira, 21. De acordo com os chefes dos Executivos estaduais, o chamado foi feito sob o pretexto de discutir a sanção do projeto de socorro aos Estados e municípios e o veto ao trecho do texto que permite o aumento salarial para servidores públicos até 2021.

O Palácio do Planalto ainda não confirmou a agenda, mas 11 governadores das cinco regiões do país admitiram ao Estadão/Broadcast terem sido convocados

para a reunião às 10h de quinta-feira. Entre eles, os líderes de Mato Grosso do Sul, Reinaldo Azambuja (PSDB), do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite (PSDB) e o de Mato Grosso, Mauro Mendes (DEM), do Amapá, Waldez Góes (PDT). Desafetos políticos de Bolsonaro, os governadores de São Paulo, João Doria (PSDB), e do Rio de Janeiro, Wilson Wtizer, também foram chamados.

Governo informa ao STF que aceita acordo de R\$ 65,6 bilhões da Lei Kandir

Do total previsto, R\$ 58 bilhões serão transferidos entre 2020 e 2037; lei prevê compensação aos Estados por ICMS não arrecadado com desoneração de exportações

Amanda Pupo, O Estado de S.Paulo

19 de maio de 2020 | 20h28

BRASÍLIA - A **Advocacia-Geral da União (AGU)** informou nesta terça-feira, 19, ao **Supremo Tribunal Federal (STF)** que aceita o acordo feito por Estados para compensações, pela **União**, de perdas geradas pela **Lei Kandir**. Na semana passada, **os 27 chefes dos Executivos estaduais encaminharam documento à Corte com a proposta do acordo**. O texto prevê repasse de R\$ 65,6 bilhões pela União como compensação pelo **Imposto Sobre Circulação de** "A União, neste ato representada pelo Advogado-Geral da União (...) vem informar sua aquiescência aos termos do acordo elaborado pela comissão especial de conciliação, instituída nos autos da presente ação direta, composta por representantes da União e dos Estados e **Distrito Federal**, cujas audiências

foram acompanhadas por representante do **Tribunal de Contas da União**", informa manifestação da AGU.

O acordo prevê que do total repassado como compensação, **R\$ 58 bilhões** devem ser transferidos entre 2020 e 2037. Outras transferências estão previstas, de **R\$ 3,6 bilhões e de R\$ 4 bilhões**. Após manifestação da AGU, **os termos devem ser homologados pelo STF, no processo que tramita desde 2013**.

Caso seja ratificado pela Corte, o acordo deverá ter pontos avaliados pelo **Congresso Nacional**. A Lei Kandir, de 1996, **prevê que a União compense os Estados pelo ICMS não arrecadado com a desoneração das exportações**, mas a metodologia desse repasse nunca chegou a ser regulamentada. Uma emenda constitucional de 2003 prevê a regulamentação e, em razão disso, sete anos Estados cobram no STF a resolução para o caso.

Brasil pede adesão a acordo anticorrupção da OMC

País deve abrir seu mercado de compras governamentais a companhias estrangeiras e, ao mesmo tempo, dar acesso a empresas brasileiras a um mercado de US\$ 1,7 trilhão

Por Assis Moreira — De Genebra

20/05/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas



Roberto Azevêdo (esq.) e Alexandre Parola: acordo abre mercados e representa um passo importante no sentido de integração da economia brasileira — Foto: Divulgação OMC

O Brasil deu o primeiro passo para abrir seu mercado de compras públicas de US\$ 157 bilhões a empresas estrangeiras e, ao mesmo tempo, para suas companhias terem melhor acesso a um mercado externo de US\$ 1,7 trilhão.

O embaixador Alexandre Parola apresentou ontem formalmente ao diretor-geral da Organização Mundial do Comércio (OMC), Roberto Azevêdo, o pedido brasileiro para aderir ao Acordo de Compras Governamentais (ACG), considerado o “acordo anticorrupção” das trocas globais.

O Brasil tornou-se assim o primeiro país latino-americano a pedir adesão a esse acordo de compras públicas de bens, serviços e obras de construção civil. As negociações sobre as condições de entrada vão poder começar com os 48 participantes.

“É um passo importante no sentido de integração da economia brasileira, respeita o dinheiro do pagador de imposto, licitações transparentes, ampla concorrência e [abre] um mercado de mais de US\$ 1 trilhão que as empresas brasileiras podem disputar”, afirmou o embaixador.

Para o secretário de Comércio Exterior, Lucas Ferraz, trata-se de “mais uma quebra de paradigma na política comercial brasileira, representando um enorme salto qualitativo em nosso arcabouço institucional”.

De seu lado, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) alertou que a adesão brasileira “precisa ser pautada pelo equilíbrio entre o que o país irá ofertar e o que será aberto de mercado aos exportadores brasileiros”.

O diretor de Desenvolvimento Industrial da CNI, Carlos Eduardo Abijaodi, observou que o Brasil é o sexto maior mercado de compras públicas do mundo, com US\$ 157 bilhões por ano, o que torna a discussão ainda mais relevante para o país.

Ele mencionou relatório do governo americano, no qual os EUA fazem críticas ao acordo. Segundo a CNI, os EUA incluíram pouco mais de 40% de suas compras totais no ACG da OMC, enquanto a União Europeia incluiu 20%, e o Japão, apenas 7%.

Ao final do processo negociador com os 48 membros do acordo, incluindo UE, Japão e Estados Unidos, “o Brasil permitirá a participação de empresas estrangeiras nos certames públicos, em suas várias esferas governamentais, as quais estarão submetidas às mesmas condições das empresas nacionais”, observou Ferraz.

Ele destacou que com isso “combate-se frontalmente a formação de cartéis em compras públicas, garantindo-se ao governo acesso a bens mais baratos, de maior variedade e melhor qualidade”.

O Brasil tornou-se observador no ACG em outubro de 2017, para acompanhar as discussões mais atuais sobre compras públicas e capacitar seu corpo técnico para as negociações comerciais que incluem capítulos sobre o tema e das quais o Mercosul é parte.

As vantagens em transparência e não discriminação dividem-se em duas frentes, na visão do governo: ao promover maior concorrência, a relação custo-benefício nas compras públicas é otimizada; e, ao servir de instrumento de boa governança, o acordo auxilia no combate a possíveis práticas anticoncorrenciais.

A avaliação no governo é de que os compromissos exigidos dos membros do ACG e suas vantagens coadunam-se com as diretrizes gerais do atual governo, especificamente na liberalização e na reforma administrativa. Ao promoverem maior concorrência nas compras públicas, estão em linha com a consecução de política econômica e seu componente central de equilíbrio fiscal do setor público.

O Brasil deverá apresentar sua primeira oferta de acesso a mercados e responder ao documento inicial para que o comitê da OMC possa avaliar a legislação vigente sobre compras públicas.

A oferta brasileira será objeto de negociações bilaterais com as demais membros do ACG, que a aceitarão ou demandarão eventuais melhorias. O processo de acesso como membro pleno somente é concluído depois que todas as partes do ACG aprovem a oferta brasileira, e pode demorar anos.

Os membros atuais do ACG são Armênia, Aruba-Holanda, Austrália, Canadá, Coreia do Sul, Estados Unidos, Hong Kong-China, Islândia, Israel, Japão, Liechtenstein, Moldova, Montenegro, Nova Zelândia, Noruega, Cingapura, Suíça, Taiwan, Ucrânia, além da UE e de seus Estados-membros. Outros 34 países são observadores. Na América do Sul, além do Brasil, são observadores Argentina, Chile, Colômbia, Equador e Paraguai.

Covid-19 é risco sistêmico à economia e ao Judiciário

Na crise, é preciso preservar os contratos, com concessões mútuas

Por Rodrigo Borges e Marcos Nóbrega

20/05/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas



Enquanto especialistas e pesquisadores da saúde e políticas públicas discutem as medidas para contenção dos avanços da Covid-19, os impactos econômicos da pandemia já causam muitas dúvidas no meio jurídico, sobretudo em decorrência da impossibilidade de manutenção de condições contratuais negociadas antes do surgimento da pandemia.

As medidas de isolamento social resultaram na redução drástica da atividade econômica, impossibilitando a manutenção de compromissos passados, nos mais variados setores, desde os serviços até a indústria automobilística e infraestrutura. A covid-19 é um risco sistêmico que provoca efeitos drásticos na oferta e demanda, causando disrupções em vários mercados ao mesmo tempo, como supply chain, turismo, passagens aéreas e serviços. Dessa forma, a crise “explodiu” o equilíbrio dos mercados e, por isso, judicializar não irá resolver os problemas - provavelmente os intensificarão.

Nas relações em que há desequilíbrio entre as partes, como nas relações de consumo, agências têm relevância

A questão é: por que não devo ir ao Judiciário? O custo de transação já é grande (demora para resolver), soma-se a isso um custo de transação indireto (ou subjetivo) dado pelo “cognitive bias” (viés cognitivo) que é aumentado pela complexidade da situação.

Diante desse dilema, governos ao redor do mundo tem buscado medidas para evitar uma enxurrada de processos judiciais envolvendo o reequilíbrio das relações comerciais após a pandemia, visto que tais medidas, além de sobrecarregarem o Poder Judiciário, poderão resultar em um colapso ainda maior da economia. Enquanto não se tem a adequação de legislações, especialmente aquelas de defesa do direito dos consumidores, é fundamental às partes o bom senso nas relações, caso contrário a aplicação fria da lei poderá resultar em prejuízos ainda maiores para a sociedade.

Nessa linha, alguns países que enfrentaram a pandemia antes do Brasil, como é o caso de Cingapura e do Reino Unido, adotaram medidas que vão no sentido de desonerar as empresas, a fim de lhes conferir uma sobrevida neste momento de crise econômica global.

Em abril foi aprovada em Cingapura uma das primeiras legislações nesse sentido, pela qual foi conferida às empresas e pessoas físicas uma proteção de 06 (seis) meses contra ações judiciais que vierem a ser ajuizadas no curso da situação de pandemia. A medida abrange quaisquer contratos celebrados pré-crise da covid-19, incluindo, por exemplo, reservas de hotel, locações e casamentos, cuja discussão deverá se dar após transcorrido o período de proteção.

No Reino Unido, o governo aprovou uma ajuda emergencial no valor de 60 mil libras esterlinas aos familiares dos profissionais de saúde que vierem a falecer por terem sido contaminados pelo coronavírus. Tal medida visa aliviar as discussões jurídicas surgidas quanto à responsabilidade dos hospitais e demais entidades de saúde privadas em relação à saúde de seus profissionais.

Já nos Estados Unidos, onde a cultura da judicialização e, em especial das ações coletivas, é muito forte, juristas têm se questionado até que ponto valeria recorrer ao Poder Judiciário, sob a alegação de “força maior”, para buscar a rescisão de contratos e restituição de recurso. O governo norte-americano tem sido pressionado por juristas para a criação de um pacote de salvaguardas, tal como ocorreu quando do ataque às torres gêmeas ou da crise de 2008, a fim de evitar uma explosão de casos no Judiciário, cuja conta dificilmente seria paga sem que milhares de empregos fossem perdidos.

No Brasil a situação não é muito diferente: imaginem o impacto econômico de decisões judiciais exigindo a devolução imediata pelas companhias aéreas de valores pagos por viagens não realizadas neste momento de redução de 90% da demanda. Seria catastrófico.

Na mesma linha, é impensável o surgimento de decisões judiciais para exigir o cumprimento de obrigações de volumetria mínima, neste momento de baixa ou até inexistência de demanda. Recentemente a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores divulgou que a produção de automóvel despencou 99% em

abril. Assim, inegável o prejudicial impacto de se exigir que referida indústria mantivesse a volumetria mínima nos contratos de fornecimento de energia, quando praticamente inexistente produção e, conseqüentemente, receita.

Diante desse cenário, encontram-se em discussão perante o Congresso diversos projetos de lei que visam flexibilizar algumas regras para minimizar os impactos da pandemia, tal como a suspensão de prazo prescricional (PL 1.179/20), suspensão de novos inscritos em cadastro positivo (PL 675/2020) e proibição de ação de despejo (PL 936/20). Tais projetos encontram-se em discussão no legislativo e, a depender do prazo de implementação, essas medidas poderão deixar de surtir o efeito desejado.

Por essa razão, um ponto fundamental a ser analisado neste momento é o equilíbrio das relações, sendo fundamental às partes renegociarem os contratos, seja por renegociação direta ou mediação, para que encontrem o novo ponto de equilíbrio na relação, o qual certamente não será alcançado pela análise fria do contrato e/ou da lei. Afinal, prevalecendo a boa-fé e bom senso, ninguém melhor do que as partes, inseridas em um determinado mercado, para definir as bases para definir a viabilidade da relação.

Por outro lado, em relações em que há desequilíbrio entre as partes, como nas relações de consumo, autoridades setoriais ganham especial relevância nesse cenário de instabilidade. Nesse sentido, a Agência Nacional de Saúde vem acompanhando de perto e propondo medidas e negociações a operadoras de plano de saúde para minimizar conflitos. A Secretaria Nacional do Consumidor tem estimulado acordos entre consumidores e fornecedores, a fim de evitar a judicialização de questões que, como dito anteriormente, aplicada a letra fria da lei, traria prejuízos ainda maiores à sociedade. Até o momento foram expedidas orientações relativas a passagens aéreas, instituições de ensino, academias, prática de preços abusivos e eventos.

Momentos de instabilidade econômica e social, tal como o experimentado com a pandemia da covid-19, exigem a preservação da “teoria econômica do contrato” mais do que a “teoria da imprevisão”. Dessa forma, a principal medida a ser adotada neste cenário é da preservação dos contratos, com concessões mútuas, para se evitar a inviabilização de negócios e a promover, ainda que de maneira gradual, a recuperação econômica.

Equipe econômica pediu MP que reduz responsabilidades

Na análise jurídica da equipe econômica, a lei em vigor não conceituava adequadamente o que seria erro grosseiro e decidiu-se deixar isso claro

Por **Fabio Graner e Raphael Di Cunto** — De Brasília

20/05/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

A Medida Provisória 966, que reduz a responsabilização dos funcionários que trabalham nas medidas de combate à crise, foi pedida pelo Ministério da Economia, segundo fontes da própria pasta. A iniciativa foi considerada necessária para executar o pagamento da segunda parcela do auxílio emergencial, que inclusive teve atraso seu pagamento, e também para execução de medidas de apoio a empresas via crédito.

A proposta foi pedida porque já estava ocorrendo um novo “apagão de canetas”, jargão para a restrição de gestores em assinar medidas. Os técnicos da área econômica temem ser responsabilizados por situações fora de seu controle e que se tornam mais arriscadas diante da velocidade com que as medidas governamentais foram tomadas para a reação governamental à crise.

O melhor exemplo, segundo uma fonte, seria o auxílio emergencial. Para colocá-lo de pé com a urgência demandada, os prazos foram “absurdamente” encurtados, em um ambiente de estrutura funcional precária, reforçando possibilidade de erros. A leitura é que não faria sentido os gestores serem responsabilizados por fraudes (ressalvados o envolvimento direto em corrupção, conluio etc.), que já estão sendo constatadas ou pelas constantes reestimativas de público e custos atingidos.

Na análise jurídica da equipe econômica, a lei atualmente em vigor não conceituava adequadamente o que seria erro grosseiro e entendeu-se que seria melhor deixar isso claro por meio de uma MP. Assim, dada a excepcionalidade da situação da pandemia, a visão é que seria preciso um “altíssimo grau” de segurança para os gestores, sob pena de nada acontecer. E evitar que alguém fosse responsabilizado por simples conexão entre o que foi feito e eventual resultado danoso para a União, e também para os Estados e municípios, em um quadro de volume insuficiente de informações e tempo para se adotar medidas.

Indicado pelo presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), para escolher o relator da MP 966, o Cidadania já se posicionou contra a proposta. E ingressou com ação no Supremo Tribunal Federal (STF) pela inconstitucionalidade da medida. Nela, o partido diz que a MP tem um texto “vago e impreciso” que “colide com dois princípios do constitucionalismo brasileiro: a responsabilidade civil e a responsabilidade administrativa”.

“É patente a inconstitucionalidade da Medida Provisória 966, de 13 de maio de 2020 em sua totalidade, tendo em vista que todo o diploma legal em questão parte da premissa da restrição da responsabilidade civil e administrativa aos casos de dolo ou de erro grosseiro, fato que é agravado pela previsão de o nexo de causalidade entre a conduta e o resultado danoso não implica responsabilização do agente público”, diz a ação.

Escolhido por Maia no sistema de rodízio para relatar a matéria, o Cidadania ainda não decidiu quais dos seus oito deputados será o relator da proposta na Câmara. Ontem cedo, ao anunciar que a legenda seria a responsável por essa função, Maia afirmou que a proposta recebeu forte reação do Tribunal de Contas da União (TCU) e será trabalhada para reduzir as polêmicas. “Vamos ver como a gente consegue reduzir as polêmicas ou deixá-la de uma forma em que a proteção do agente público não seja ilimitada, como parece que está colocado na MP”.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Médico Brasileiro: Sonolência durante o dia é sinal de alerta
VITAL 4K

Estado com menos mortes, MS descarta afrouxar isolamento

Azambuja pede fim de excessos de 'todos os lados' e diz que não concederá reajuste a funcionalismo

Por Daniel Rittner — De Brasília

20/05/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas





O governador Reinaldo Azambuja, do Mato Grosso do Sul: “A economia nós conseguimos recuperar; vidas perdidas, não” — Foto: Chico Ribeiro/Divulgação

Com 642 casos confirmados e 16 mortes, menor incidência entre todos os Estados do país na pandemia, Mato Grosso do Sul descarta afrouxar a política de isolamento social diante dos bons resultados. As aulas na rede escolar tiveram retorno adiado desta semana para 30 de junho e o funcionalismo ainda não tem data para voltar do regime de teletrabalho.

“A economia nós conseguimos recuperar. Vidas perdidas, não”, diz o governador Reinaldo Azambuja (PSDB). Dos 296 leitos de UTI disponíveis para o tratamento da doença, oito estão ocupados. Um hospital de campanha ficou pronto, mas não teve necessidade de inauguração. Com a autoridade de quem ostenta esses indicadores, o tucano afirma que não é hora de flexibilizar protocolos e defende “unidade” no combate à covid-19.

Por unidade, ele entende que é preciso conter o “radicalismo” e que “chega de apontar o certo e o errado”, em referência ao presidente Jair Bolsonaro, mas também a outros governadores. “Meu finado pai ensinava: vamos desarmar os espíritos”, disse o governador, que está no segundo mandato, em entrevista telefônica ao **Valor**.

Valor: *Mato Grosso do Sul tem o menor número de casos e de mortes no país. A que o sr. atribui isso?*

Reinaldo Azambuja: O mais importante foi termos montado um centro de operações em 31 de janeiro. Conseguimos frear muito a disseminação do vírus por causa do isolamento desde março. Antevíamos o risco de um problema grande e colocamos várias secretarias para trabalhar em conjunto na questão sanitária. Ampliamos em 43% a disponibilidade de UTIs, implantamos teletrabalho no funcionalismo, suspendemos aulas presenciais, criamos uma plataforma digital para oferecer 70 serviços aos cidadãos. Também instalamos 17 barreiras sanitárias nas divisas do Estado e fechamos fronteiras com Bolívia e Paraguai, além da suspensão de visitas aos presídios.

Valor: *Como estão os indicadores de ocupação das UTIs?*

Azambuja: Estamos com 613 casos confirmados - há 25 pessoas internadas - e 16 óbitos. Temos 296 leitos de UTI disponíveis na rede pública e na rede privada que contratamos. Desses, oito estão ocupados hoje. Ainda é uma situação relativamente confortável, mas com trajetória ascendente. Há um total de 800 leitos clínicos. Temos um hospital de campanha pronto em Campo Grande, ao lado do hospital regional de referência, mas só vamos colocá-lo em funcionamento quando atingirmos 70% de ocupação.

Valor: *O sr. considera a situação sob controle no Estado?*

Azambuja: Mato Grosso do Sul tem uma extensão territorial ampla e densidade demográfica baixa, com exceção de Campo Grande. Há cidades do interior que nos preocupam hoje mais do que a capital. Em Guia Lopes da Laguna, tivemos o maior volume de contaminados devido à contaminação em um frigorífico local. De uma população de 10 mil habitantes, 92 foram infectados. Muitos se contaminaram compartilhando tereré [espécie de chimarrão gelado típico da região]. Agora há "lockdown" e um controle muito restrito. Não proibimos atividades produtivas. Conseguimos montar protocolos de segurança no setor industrial e na agroindústria. Houve diminuição, mas não paralisa.

Valor: *Com esses resultados, não seria viável afrouxar o isolamento?*

Azambuja: Hoje mesmo [segunda-feira] tive reunião com o centro de operações especiais e nossa posição é de redobrar a cautela. A volta às aulas estava prevista para 18 de maio e acabamos de prorrogar para 30 de junho. Vamos manter a vigilância e o isolamento, especialmente por causa dos idosos. Se olharmos o mapa de óbitos em Mato Grosso do Sul, só temos duas pessoas abaixo de 60 anos - ambas com doenças pré-existentes.

Valor: *Então não seria o caso de adotar um isolamento vertical?*

Azambuja: Não é o caso de afrouxar os protocolos. Temos bons resultados. Ainda há lugares com crescimento exponencial [de casos]. Agora é hora de manter a vigilância e o isolamento.

Valor: *Não é prolongar desnecessariamente o dano à economia?*

Azambuja: O impacto para a economia é no mundo todo. Nenhum setor está saindo ileso. Talvez o agronegócio, com a alta do dólar e a busca por proteína, devido ao bom desempenho exportador. A economia nós conseguimos recuperar. Vidas perdidas, não. Meu foco é na saúde das pessoas.

Valor: *Qual é o impacto fiscal da pandemia no Estado?*

Azambuja: Vivemos à base de ICMS, que corresponde a 90% das receitas, com transferências muito pequenas do FPE (Fundo de Participação dos Estados). Restringimos contratos, diárias, progressões no funcionalismo para segurar a despesa. Em maio, devemos perder mais de R\$ 100 milhões na comparação igual período do ano passado. Para 2020, no decreto de calamidade, projetamos R\$ 900 milhões em perda de arrecadação.

Valor: *O pacote do governo federal para socorrer Estados previa congelamento dos salários de servidores até o fim de 2021, mas o Congresso incluiu várias categorias como exceções. O presidente deve vetar isso, como pede Paulo Guedes?*

Azambuja: É impossível, em um momento de todos darem sua cota de sacrifício, fazermos qualquer tipo de reajuste. Independentemente da sanção ou veto do presidente. Na maioria dos Estados, a despesa com pessoal já chega a 70%, o teto da Lei de Responsabilidade Fiscal. É impraticável ampliar gasto com queda de receitas.

Valor: *O sr. está disposto a bancar o desgaste, em termos de popularidade, de não dar reajustes salariais ao funcionalismo, incluindo Polícia Militar e Bombeiros?*

Azambuja: Não é questão de popularidade, é uma questão de consciência. Não tem outro jeito.

Valor: *Como tem avaliado a atuação do presidente, que demite ministros e acirra conflitos políticos no meio do combate à pandemia?*

Azambuja: É o momento de dialogar com todo mundo e buscar soluções comuns. Quanto menos conflito, mais assertividade nas ações de saúde. Se ficarmos na

discussão sobre relaxar o isolamento, tem que isso ou tem que aquilo... Vamos seguir a orientação da ciência e nos pautarmos pelo pessoal de saúde. É preciso despolitizar. Tem excessos de todos os lados.

Valor: *Isso inclui os governadores, incluindo João Doria, que aumentou as críticas a Bolsonaro?*

Azambuja: Sou da teoria de que agora devemos ter unidade. Meu finado pai ensinava: vamos desarmar os espíritos. Não é hora de conflito. Chega de apontar o certo e o errado. Menos política e mais ação coordenada. Os Estados não têm capacidade de emitir moeda e precisam de apoio da União, que é quem pode aumentar o endividamento e socorrer o setor produtivo. O mais errado é antecipar o calendário eleitoral. Quando se estica demais a corda, acaba arrebitando e a população sai prejudicada.

Valor: *Adianta um só lado pregar moderação? Todo domingo há manifestações radicais em Brasília, com participação do presidente...*

Azambuja: Esse radicalismo só atrapalha. Não constrói nada. Temos mais de 16 mil mortos, uma curva ascendente, colapso chegando a entes federados. Precisamos de pacificação. Teremos uma videoconferência [quinta-feira] com o próprio Bolsonaro. Se andarmos numa pauta comum ao país, com Estados e municípios, vamos avançar juntos. Claro, isso depende de gesto do presidente.

Valor: *O ex-ministro Mandetta, com a visibilidade que alcançou, poderia ter apoio do PSDB para sua sucessão no Mato Grosso do Sul?*

Azambuja: Ele foi um bom secretário municipal em Campo Grande, um parceiro como deputado e ajudou na organização do nosso sistema de saúde como ministro. O DEM é um partido aliado na Assembleia e no governo. Tem o vice-governador, que é secretário de Infraestrutura, mas essa construção não passa só por mim. Política você faz com o grupo. O Mandetta dialoga bem com o nosso grupo.

Nova leva de revisões vê recuo de até 7,4% do PIB

Instituições ampliam o pessimismo em relação à recessão da economia brasileira neste ano

Por **Arícia Martins e Anais Fernandes** — De São Paulo

20/05/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

Ao incluírem em seus cenários a maior duração das medidas de quarentena e o tombo mais forte da atividade em março e abril, economistas seguem ampliando as projeções de recessão para a economia brasileira em 2020. Enquanto o consenso de mercado do boletim Focus indica retração de 5,1% para o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro no período, bancos e consultorias veem redução de até 7,4%. O aumento do risco político também vem sendo levado em conta nos números.

O Goldman Sachs mudou ontem a projeção de queda para o PIB brasileiro neste ano, de 4,6% para 7,4%. Para 2021, a previsão é de expansão de 4%. Segundo a equipe de pesquisa para América Latina, chefiada por Alberto Ramos, o PIB se contrairia em 14,2% na primeira metade do ano, com alta de 7,7% no segundo semestre. A atividade não voltaria ao nível pré-crise antes de 2023.

Em relatório sobre o cenário para o continente, o banco destaca que o Brasil tornou-se um dos epicentros da pandemia. A aceleração da doença levou autoridades a estenderem e, em alguns casos, reforçarem protocolos de distanciamento social, observam os analistas da instituição.

Ainda assim, “até agora, não há clara indicação de quando o pico da curva será atingido, dado, entre outras coisas, o enfraquecimento do cumprimento das medidas de distanciamento social nas principais cidades”, diz o relatório. O banco cita também o volume baixo de testagem no Brasil e a contínua discordância entre governo federal e autoridades locais quanto ao escopo e intensidade das medidas para lidar com a crise.

A LCA Consultores menciona as “turbulências” no quadro político como um dos motivos que levaram à estimativa de recuo de 5,6% para a economia neste ano - a previsão anterior era de queda de -3,5%. Os outros fatores são a retração maior nos indicadores de março e abril, a postergação do isolamento e a evidência de retomada mais lenta em outros países.

Desde meados de março, observa a LCA, o Brasil adotou o chamado Distanciamento Social Ampliado (DSA), mais brando que o “lockdown”. Mesmo com uma quarentena menos severa, diz a consultoria, o impacto da restrição à circulação de pessoas na atividade foi expressivo.

Se em março produção industrial, varejo e serviços refletiram apenas parcialmente as medidas de confinamento, os dados de abril vão mostrar esse impacto em sua totalidade, diz Gustavo Arruda, economista-chefe para Brasil do BNP Paribas. Por isso, calcula Arruda, a atividade na indústria deve ter afundado cerca de 40% no mês passado. Na segunda, o banco francês divulgou sua nova estimativa para a queda do PIB em 2020, de 7%.

“Esse imenso choque negativo vai alargar dramaticamente o já aberto hiato do produto [uma medida de capacidade ociosa na economia]”, destaca o economista, para quem o PIB só vai recuperar o nível pré-crise em 2022.

Essa também é a expectativa do Santander, que passou a trabalhar com recuo de 6,4% do PIB no ano. Já a previsão para o crescimento em 2021 subiu de 1,7% para 4,4%. Mesmo assim, ressalta a equipe econômica chefiada por Ana Paula Vescovi, “os números indicam perda acumulada do produto ainda maior no biênio”.

O banco assume que as medidas de quarentena serão relaxadas a partir de meados de junho. A economia, no entanto, só deve voltar a estar “totalmente operacional” a partir de setembro.

A reação da atividade deve começar no terceiro trimestre, com retomada “de imediato” da produção, avalia o Santander. Já a demanda deve ser severamente atingida pelo aumento do desemprego e da incerteza e pela mudança de comportamento de consumidores e empresas.

“Nessa passagem da crise em que o foco ainda está em resolver a insuficiência de renda dos informais, dos vulneráveis e de sustentar as empresas, seria uma oportunidade para fazer um redesenho de políticas sociais no Brasil, realocando recursos ao invés de adicionar gastos”, diz Ana Paula Vescovi, economista-chefe do Santander Brasil.

O Barclays foi outra instituição que ficou mais pessimista. Agora, o economista-chefe para Brasil do banco britânico, Roberto Secemski, prevê redução de 5,7% para o PIB do país em 2020, e segue destacando que os riscos são de desempenho ainda pior.

A nova hipótese inclui o prolongamento das medidas de distanciamento social, mas ainda há muita incerteza à frente, pondera Secemski, seja em relação à extensão do choque, seja sobre sua magnitude nos diferentes setores. “Além disso, a menor adesão ao longo do tempo às diretrizes de distanciamento pode resultar em novo aumento no número de casos de covid-19 semanas depois”, acrescentou.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Lembra dela? Respire fundo antes de ver como ela está agora

WTFACTS

Pandemia é chance para repensar papel do Estado, dizem especialistas

Para economista, debate sobre serviços públicos tem de ir além da redução de pessoal e de custos

Por Ana Conceição — De São Paulo

20/05/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas





Nelson Marconi: tendência é demanda por serviço público crescer agora, em um momento de forte restrição fiscal —
Foto: Nilani Goettems/Valor

A pandemia de covid-19 aumentou drasticamente a demanda da população por serviços essenciais, que chegaram ao limite da falta de estrutura e de pessoal. Para especialistas, a situação deveria servir de estímulo para repensar o papel do Estado e a reestruturação do serviço público no país.

Até agora, a discussão da reforma administrativa - que ainda não tem um formato definitivo - esteve muito focada sobre redução de pessoal e de custos, mas os efeitos da pandemia mostram que o debate deveria ser ampliado, afirmam. Entre outras consequências, a disseminação do coronavírus terá repercussões econômicas e sanitárias que vão bater na oferta e na busca por serviços públicos diante do grande número de pacientes com prováveis sequelas e de trabalhadores que perderão renda por um período prolongado.

“A demanda por saúde, segurança e assistência social será muito afetada. Os governos têm que começar a levar isso em consideração”, afirma o economista Nelson Marconi, coordenador do Centro de Estudos do Novo Desenvolvimentismo da Fundação Getulio Vargas (FGV).

Em geral, o governo brasileiro, em todas as esferas, não planeja a mão de obra necessária para o futuro. Ao não fazer isso, contrata mal e o resultado é que geralmente falta gente em alguns setores e sobra em outros. Agora, afirma Marconi, é hora de os governos olharem para frente, porque a tendência é a demanda aumentar num momento de forte restrição fiscal, que tende a diminuir a força de trabalho com menos concursos e a não reposição de servidores que se aposentam. “Ou planejam muito bem, ou não vão entregar o que a sociedade precisa.”

Marconi diz que a questão de fundo que deveria nortear o planejamento da força de trabalho pública é a definição do papel do Estado e o que ele se propõe a oferecer ao cidadão. “Até o mês passado só se defendia Estado mínimo. Mas o que se está

vendo agora é que a redução do Estado a qualquer preço tem um custo, o de estar despreparado para uma crise como esta.”

Caio Marini, professor associado da Fundação Dom Cabral e especialista em gestão pública, diz que a pandemia colocou em evidência a fragilidade dos serviços prestados pelo setor público, o que reacendeu a reflexão sobre o papel do Estado aqui e no mundo. Em tempos de crise, discute-se muito o tamanho do funcionalismo, perdendo-se de vista o planejamento estratégico, diz.

“O ajuste fiscal é importante, mas não dá para pensar apenas nesses termos. A racionalização da mão de obra do Estado é necessária não só para cortar despesas, mas também para melhorar a qualidade dos serviços levados à sociedade. Caso contrário, o Estado perde a capacidade de cumprir sua função social.” O Estado, considera Marini, tem um papel fundamental no enfrentamento da crise e também pós-crise, na chamada “nova normalidade” que vai surgir.

“Com um SUS fortalecido poderíamos estar melhor no combate à pandemia”, afirma Alketa Peci, professora da Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas (Ebape), da FGV, para quem a organização do setor público nessa e em outras áreas é crucial para enfrentar crises, sejam econômicas, sejam de saúde.

Ela aponta para a necessidade de um planejamento de longo prazo em que se estime a demanda de diversas áreas, como educação e saúde, para adequar a força de trabalho a isso. “Precisamos construir a discussão da reforma a partir de uma premissa que estava faltando no debate. De que você precisa de um Estado que desempenha bem seu papel”.

Se é importante quantificar e localizar a demanda, a racionalização da oferta de serviços públicos passa pela revisão da estrutura de carreiras - só no governo federal são mais de 300 - e salários, flexibilização do regime de contratações e digitalização, afirmam os especialistas.

A digitalização, em especial, cada vez mais presente no serviço público, ajuda, mas não é uma panaceia. Um caso emblemático é o do INSS, que digitalizou todo o processo de requisição de benefícios, mas acumula cerca de 1 milhão de pedidos na fila de espera por análise. O órgão, que têm um alto número de funcionários perto

da aposentadoria, anunciou a contratação de 8.230 temporários para zerar a fila até o fim deste ano.

“A digitalização é bem-vinda e pode diminuir custos, mas só pode ser considerada bem-sucedida quando o cidadão é plenamente beneficiado”, afirma Alketa Puci.

Caio Marini observa que uma reforma terá de tratar a atual rigidez na contratação de empregados para o setor público. A pandemia, segundo ele, também evidenciou como a máquina pública tem dificuldade para lidar com momentos emergenciais. “O Estado precisa de quadros permanentes em áreas estratégicas e um modelo de gestão flexível para dar conta de imprevistos. Não dá para incorporar na atividade do Estado todas as funções públicas”, diz.

Queira ou não, o Estado vai ter que entregar mais serviços, diz Nelson Marconi, para quem o governo federal deveria ser mais uma instância de planejamento e definição de políticas, com a execução ficando na mão dos governos regionais, que são os principais fornecedores de serviços à população. “Cada um já tem seu papel definido na Constituição, mas é preciso aprimorar o diálogo. Uma diretriz geral deveria sair de um pacto nos três níveis de governo”, afirma.

Marconi, que fez parte da equipe que desenhou a reforma administrativa no segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso, diz que após aquele período o tema não avançou quer no governo federal, que nos regionais.

“Houve algumas experiências interessantes nos Estados, mas nunca se chegou no estágio estratégico de discutir o papel do Estado e seu tamanho”, afirma ele, lembrando que um projeto de lei que regula formas de contratação de servidores está parado no Congresso desde 1999. “Ilustra como a discussão está parada no Brasil.”

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Médico Brasileiro: Sonolência durante o dia é sinal de alerta

VITAL 4K

Pandemia empurrará 60 milhões à pobreza extrema

A pandemia da covid-19 está causando uma emergência humanitária nas nações mais pobres do mundo e isso não terminará enquanto os países ricos não conseguirem reabrir suas economias, alertou o presidente do Banco Mundial, David Malpass

Por **Paul Kiernan** — Dow Jones Newswires, de Washington

20/05/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

A pandemia da covid-19 está causando uma emergência humanitária nas nações mais pobres do mundo e isso não terminará enquanto os países ricos não conseguirem reabrir suas economias, alertou ontem o presidente do Banco Mundial, David Malpass.

“O custo em vidas humanas no mundo em desenvolvimento - especialmente nos países mais pobres - decorrente do fechamento é devastador”, disse Malpass em teleconferência. “A questão é: quanto tempo vai durar? E para o mundo em desenvolvimento, que depende muito da reabertura das economias avançadas?”.

O Banco Mundial estima que 60 milhões de pessoas no mundo deverão mergulhar na pobreza extrema - subsistindo com menos de US\$ 1,90 por dia - neste ano, enquanto centenas de milhões mais poderão perder seus empregos. Tal retrocesso poderá ter implicações de saúde além do coronavírus, como problemas de desenvolvimento em crianças que não terão uma alimentação adequada, segundo Malpass.

A maioria dos países em desenvolvimento não possuem os recursos dos países mais ricos para amortecer os efeitos de uma recessão. Suas redes de segurança

social são fracas, suas moedas, voláteis, e seus mercados financeiros, frágeis.

Para as nações pobres que dependem muito do turismo, petróleo ou outras commodities, o impacto da pandemia sobre suas economias será combinado com a queda das exportações e dos investimentos externos.

“O maior mercado para os países em desenvolvimento são as economias avançadas”, disse Malpass. “As exportações deles dependem das economias avançadas.”

Rupturas na cadeia de fornecimento e problemas econômicos maiores causados pela pandemia da covid-19 estão contribuindo para uma crise alimentar que poderá colocar 130 milhões de pessoas à beira da fome, segundo alertou o Programa Mundial de Alimentação das Nações Unidas. No leste da África, o problema é agravado por uma praga recorde de gafanhotos que ameaça consumir milhões de hectares de culturas e pastagens.

O dinheiro enviado por parentes expatriados está diminuindo. Em dezenas de países, de Honduras ao Nepal, tais remessas representam 10% ou mais da produção econômica. O Banco Mundial estima que as remessas cairão 20% neste ano, uma vez que setores que empregam muitos trabalhadores migrantes, como o da construção e o de restaurantes, estão passando por demissões em massa.

O colapso das viagens globais está afetando fortemente o mundo em desenvolvimento. O turismo internacional responde por mais da metade das exportações totais e mais de um quinto do PIB em várias ilhas-nações do Caribe e sul do Pacífico. Em outros países, como Sudão do Sul e República do Congo, o petróleo é a principal fonte de moeda forte.

O Banco Mundial - que estima que a economia mundial terá uma contração de 4,9% neste ano - está fornecendo US\$ 160 bilhões em subvenções e outros apoios financeiros a países em desenvolvimento pelos próximos 14 meses, segundo Malpass. Instituições como o próprio Banco Mundial e o G20, que reúne as maiores economias do mundo, disseram que permitirão aos países de baixa renda suspender os pagamentos de suas dívidas para liberar recursos para o combate à

pandemia. Mas ele disse que estava frustrado com a resistência dos credores privados em participar dessa iniciativa.

Os esforços internacionais poderão amenizar parte dos problemas, mas não deverão compensar a extensão total dos danos. “É preciso encontrar sistemas em que as populações dos países pobres possam elevar de fato seus padrões de vida”, disse Malpass. “Poderá não haver ajuda externa suficiente ou ajuda ao desenvolvimento para se conseguir isso.”

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Lembra dela? Respire fundo antes de ver como ela está agora
WTFACTS

LINK PATROCINADO

Se você tem prostatite ou corre todas as noites para urinar, leia isso urgente
PROST+ACTIVE

LINK PATROCINADO

Adeus dor nas juntas! Anvisa libera pílula alemã que "engrossa" cartilagem
ARTICAPS

LINK PATROCINADO

Mulher deu à luz a uma bebê aos 66 anos. Como é a garota após 14 anos?
BUHAMSTER.COM

LINK PATROCINADO

Adeus, pescoço enrugado! Anvisa libera ácido que engrossa pele velha por dentro
NOVA SERUM

LINK PATROCINADO

Casal adota um vira latas faminto e o vê se transformar. Não chore quando ver o que aconteceu
DESAFIOMUNDIAL

por taboola

Leia em Valor Investe

VALOR INVESTE

Bolsonaro diz que 'Brasil está quebrando' e está fadado à miséria

Reunião traça planos para economia pós-pandemia

Reformas estruturais, facilitação do ambiente de negócios, promoção de investimentos, integração global, proteção dos mais vulneráveis e novo mercado de trabalho estão na lista

Por **Fabio Graner** — De Brasília

20/05/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

Secretários e técnicos do ministério da Economia se reuniram ontem e devem continuar com os encontros até pelo menos amanhã para discutir um plano de medidas para retomada da economia no pós-pandemia. Para tentar mantê-las em sigilo, as reuniões ficaram ontem de fora da agenda pública das principais autoridades da pasta. Elas estão sendo realizadas na sede da Escola Nacional de Administração Pública (Enap), distante da sede do ministério, por supostamente estar adaptada para que parte possa ir presencialmente sem aglomeração e parte possa fazer por vídeoconferência.

O programa de medidas retoma algumas ideias que o governo tinha antes da pandemia, mas também novas linhas de ação, segundo apurou o **Valor**. Ele envolve seis dimensões: reformas estruturais (tributária, pacto federativo, privatizações), facilitação do ambiente de negócios, promoção de investimentos, integração global, proteção dos mais vulneráveis e novo mercado de trabalho.

Embora a crise não esteja debelada, o governo sabe que o tombo na economia não tem só efeitos imediatos, mas também de longo prazo, como apontou recente estudo da Secretaria de Política Econômica. Documento da secretaria mostrou uma perda de R\$ 20 bilhões para o PIB por semana de paralisação e queda do PIB de 4,7% neste ano, se a quarentena durar até 31 de maio. Se ela se alongar, a retração

será maior e a visão dos técnicos é que os danos de longo prazo vão se amplificando. E é nesse contexto que o processo se insere.

“As coisas devem ganhar um ritmo maior por conta da necessidade imposta pela retomada”, disse uma fonte, destacando, por exemplo, a reforma tributária, que já está na agenda há algum tempo e que vai se tornar um dos principais tópicos no pós-pandemia.

Esse tema aliás, foi um dos destaques na reunião do ministro Paulo Guedes com representantes do setor de serviços, também realizada ontem. Ele sinalizou que pretende apresentar em cerca de 30 dias medidas para a retomada da economia, entre elas iniciativas para desoneração da folha de pagamentos e a reforma do PIS/Cofins, segundo fontes.

A mudança no PIS/Cofins vem sendo prometida pelo governo desde o início do mandato de Jair Bolsonaro, mas foi sendo adiada e um dos motivos para isso era exatamente a resistência do setor de serviços. Os representantes de vários segmentos que estiveram na conferência propuseram ao ministro que se trabalhe com mais de uma alíquota para atenuar os impactos no setor.

Guedes teria dado muita ênfase à necessidade de se desonerar a folha de pagamentos, para promover o emprego. E esse movimento agradou o setor, que é altamente intensivo em mão de obra e que lamentou a perda de eficácia da Medida Provisória 905, chamada de contrato verde-amarelo. A impressão de interlocutores é que o ministro planeja algo com mais intensidade em termos de redução dos custos de trabalho.

Responsável pela articulação da reunião, o deputado Laércio de Oliveira (SD-SE) disse ao **Valor** que o ponto mais importante da reunião foi essa disposição mostrada pelo ministro com a questão do emprego. Segundo ele, o setor também pediu a Guedes uma nova prorrogação do adiamento do recolhimento de tributos, mas não houve comprometimento com o pleito. “Chamou a atenção o otimismo dele com o país, com o momento do país. Ele está disposto a enfrentar a pandemia e colocar de volta a plataforma de desenvolvimento anterior à crise.”

Em seminário na tarde de ontem o secretário do Tesouro, Mansueto Almeida, destacou que a reforma tributária é talvez a agenda mais importante depois que foi vencida a batalha da Previdência para a retomada do crescimento. Ele também ressaltou a necessidade de se fazer com que se reduza a informalidade no país.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Lembra dela? Respire fundo antes de ver como ela está agora

WTFACTS

LINK PATROCINADO

Tenha seu fluxo sanguíneo livre de gordura no sangue, fazendo isso 2x ao dia.

DBT COLESTEROL

LINK PATROCINADO

Se você tem prostatite ou corre todas as noites para urinar, leia isso urgente

PROST+ACTIVE

LINK PATROCINADO

Médico revela: "Você pode resolver suas rugas em casa" (veja como)

ACTIVE ANTI-OX

LINK PATROCINADO

Mulher deu à luz a uma bebê aos 66 anos. Como é a garota após 14 anos?

BUHAMSTER.COM

LINK PATROCINADO

Adeus, pescoço enrugado! Anvisa libera ácido que engrossa pele velha por dentro

NOVA SERUM

por taboola

Leia em Valor Investe

VALOR INVESTE

Bolsonaro diz que 'Brasil está quebrando' e está fadado à miséria

VALOR INVESTE

Trump critica investidores após alertas sobre o estado da economia

Rio gasta R\$ 1,6 bilhão em três anos para manter grupo de 14 estatais

Governo fluminense tenta ressuscitar programa de privatizações

Por Rodrigo Carro — Do Rio

20/05/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

Aportes do Tesouro fluminense em estatais

Empresas consumiram R\$ 1,63 bilhão nos últimos três anos

Empresas	Valores (Em milhares de reais)		
	2017	2018	2019
■ Companhia Estadual de Engenharia de Transportes e Logística (Central)	180,172	169,75	121,287
■ Companhia de Transportes sobre Trilhos do Estado do Rio de Janeiro (Riotrilhos)	102,966	104,744	72,071
■ Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Rio de Janeiro (Emater)	86,474	86,016	88,072
■ Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro (Emop)	65,408	80,718	76,743
■ Companhia Estadual de Habitação do Estado do Rio de Janeiro (Cehab)	60,941	59,477	57,709
■ Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado do Rio de Janeiro (Pesagro)	35,388	36,445	35,784
■ Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro (Codin)	7,911	20,311	8,958
■ Centrais de Abastecimento do Estado do Rio de Janeiro (Ceasa)	4,124	16,747	10,105
■ Companhia de Turismo do Estado do Rio de Janeiro (Turisrio)	6,628	7,685	7,46
■ Companhia Fluminense de Trens Urbanos (Flumitrens)*	5,759	3,512	3,158
■ Companhia de Armazéns e Silos do Estado do Rio de Janeiro (Caserj)	2,789	5,002	4,132
■ Companhia de Transportes Coletivos do Estado do Rio de Janeiro (CTC)*	729	473	517
■ Companhia do Metropolitano do Rio de Janeiro (Metro)*	848	394	50
■ Empresa Estadual de Viação (Serve)*	260	96	56
Total Geral	560,398	591,372	486,102

Fonte: Siafe - Rio - Elaboração: Conselho de Supervisão do RRF. *Em liquidação

Imerso numa crise fiscal, agravada pela pandemia e pela queda nos preços do petróleo, o governo fluminense tenta ressuscitar um programa estadual de privatizações. Ao longo dos últimos três anos, o Estado do Rio de Janeiro desembolsou R\$ 1,63 bilhão para manter 14 estatais. Somente no ano passado, o

primeiro da gestão do governador Wilson Witzel (PSC), o Tesouro estadual gastou R\$ 486,1 milhões com o custeio de empresas públicas e de economia mista.

Decreto publicado em 4 de maio no “Diário Oficial” estadual estabeleceu uma comissão com sete integrantes do governo fluminense encarregados de apresentar a Witzel estudo com indicações de extinção ou fusão de autarquias e fundações da administração indireta, com as devidas fundamentações. A comissão tem ainda a missão de elaborar minutas de decreto e anteprojetos de lei para envio à Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj).

“Esse estudo faz parte de um programa de reforma administrativa do Estado”, explica o secretário estadual da Casa Civil e Governança, André Moura. “O foco são desestatizações pontuais em empresas, principalmente as que já receberam Programas de Demissão Voluntária [PDV]. Precisamos de uma máquina pública mais leve, eficiente e que produza resultados.”

Uma primeira tentativa do Executivo de retomar o Programa Estadual de Desestatização (PED), criado originalmente em 1995, foi mal recebida pela Assembleia Legislativa em abril. O projeto de lei encaminhado ao Legislativo no mês passado previa a revogação de artigos de uma lei aprovada em 2018 que vedou a extinção das universidades, sociedades de economia mista e de todas as empresas públicas além de algumas fundações.

A menção às universidades aparecia na própria justificativa do projeto, assinada pelo governador do Rio. A polêmica foi tanta que Witzel usou sua conta no Twitter para negar que o governo pretendia privatizar universidades estaduais. “O projeto é injurídico, contraria uma pilha de leis”, diz o deputado estadual Luiz Paulo Corrêa do Rocha (PSDB), membros das comissões de Constituição e Justiça, Orçamento e Tributação da Alerj.

“Se o governo quiser propor uma reforma administrativa, vai ter de escrever um projeto que detalhe fusões e extinções de empresas estatais. O que foi apresentado não pode se levado a sério”, acrescenta o parlamentar.

O plano de recuperação fiscal divulgado em setembro de 2017, como parte do socorro financeiro acordado entre o Estado do Rio e a União, previa a extinção de

seis estatais fluminenses dependentes de recursos do Tesouro. Mas o assunto era tão sensível que os nomes das empresas não chegaram sequer a ser divulgados. À época, o Estado possuía 16 empresas públicas e sociedades de economia mista, segundo consta do plano. O programa de privatização não chegou a sair do papel, por causa da lei aprovada pela Alerj em abril de 2018 que vedou a extinção de empresas públicas estaduais no Rio.

A lista de 14 estatais com seus respectivos custos para os cofres públicos aparece na mais recente edição do relatório do Conselho de Supervisão do Regime de Recuperação Fiscal (RRF), acordo de socorro financeiro assinado em 2017 pelo Estado e a União. O relatório referente ao mês de março indica que em 2017 e 2018, ainda na administração de Luiz Fernando Pezão, foram gastos R\$ 560,4 milhões e R\$ 591,3 milhões, respectivamente, para custear essas empresas.

No ano passado, a despesa foi de R\$ 486,1 milhões. Segundo fonte próxima ao governo estadual, a maior parte desse dispêndio (cerca de 90%) está relacionada ao pagamento de salários. Os outros 10% se referem a gastos de manutenção e despesas de custeio. A relação de estatais que receberam aportes do Tesouro fluminense inclui quatro empresas em liquidação, que consumiram quase R\$ 16 milhões nos últimos três anos. O grupo restante abrange companhias de pesquisa agropecuária, habitação e armazéns e silos, entre outras.

“O governador Witzel chegou ao Palácio Guanabara muito em função das questões de segurança pública e combate à corrupção. Agora, está sendo obrigado a mudar, devido à gravidade da crise [financeira] no Rio”, analisa o cientista político Maurício Santoro. “A onda anti-sistema que temos visto na política nos últimos anos é muito focada nesses dois temas [segurança e corrupção] com uma visão muito vaga de economia e finanças.”

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Menina de 5 anos some toda noite — seu pai a segue e descobre algo muito triste!

MOMLIFEMATTERS

LINK PATROCINADO

Mãe filma os filhos no quintal — quando ela vê o vídeo, decide sair correndo dali!